

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Trabalho precário e terceirização:
as cooperativas de produção no Nordeste**

Edvaldo Carvalho Alves

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Relações sociais, poder e cultura.

Orientador: Osvaldo Mário Serra Truzzi



SÃO CARLOS
2002



DOAÇÃO
DE *Anten*
EM. 15/04/2002
VALOR EST. R\$. 20,00.

Clas. T306.36
Cutt. A474.tp
e-1
Tombo: 129683

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar

A474tp

Alves, Edvaldo Carvalho.

Trabalho precário e terceirização: as cooperativas de
produção no nordeste / Edvaldo Carvalho Alves. -- São
Carlos : UFSCar, 2002.
103 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2002.

1. Sociologia do trabalho. 2. Terceirização. 3.
Cooperativas.. I. Título.

CDD: 306.36 (20^a)

Aos trabalhadores das cooperativas aqui estudadas que, por não possuírem outro meio para suprir suas necessidades de existência de uma forma digna e humana, são forçados a se submeterem a formas brutais de exploração.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a ajuda e o apoio prestados por todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na realização de nosso objetivo. Portanto, gostaria de ressaltar as seguintes pessoas:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha esposa Ana Carmen, pelo amor, compreensão, companheirismo e críticas (sempre construtivas) que ajudaram e ajudam-me a crescer humana e intelectualmente, sem a qual este trabalho não teria sido realizado.

Aos meus pais Otacílio e Wanda, que nunca mediram esforços e renunciaram a muitas coisas em prol de minha educação e de minha felicidade.

Às minhas duas tias Eurides e Eunice, mães que tive a sorte e o prazer de conviver cotidianamente.

À minha sogra Ignez e a seu companheiro Lineu, pela amizade, pelo apoio, pelas conversas, pelas leituras atentas e pela torcida sincera.

Ao meu sogro João Leonardo, por seu exemplo de profissional e ser humano.

Aos meus amigos Márcio, Alexandre, Guilherme, Kennedy, Sônia, Sandra, Maria e Denize, que, mesmo à distância, torcem e acreditam muito em mim.

Aos meus companheiros de turma do mestrado, em especial a Vidal, Dayvs, Lucy, Virginia, Yara e Sabrina.

À amiga Elisa, pela prestatividade e apoio logístico, que foram indispensáveis na reta final.

Ao Prof. Jacob Carlos Lima, pela atenção, pelo material cedido e pela ajuda no trato com o tema.

Ao meu orientador Prof. Osvaldo Mário Serra Truzzi, por ter aceito um tema que fugia a sua área de pesquisa e reflexão.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCAR, em especial ao Prof. Dr. Paul Charles Freston.

Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

“Assim, todos, juntos, continuavam a sua vida cotidiana, cada um a seu modo, com ou sem reflexão; tudo parecia seguir o seu rumo habitual, como em situações extremas, nas quais tudo está em jogo, e a vida continua como se nada acontecesse.”

(GOETHE)

SUMÁRIO

RESUMO	2
INTRODUÇÃO	3
<i>CAPÍTULO 1 – As cooperativas de produção no contexto da reestruturação produtiva</i>	11
<i>CAPÍTULO 2 - As cooperativas de produção no Nordeste: o modelo cearense</i>	40
<i>CAPÍTULO 3 – Puxinanã e Santa Cruz: Especificidades e Semelhanças estruturais</i>	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
BIBLIOGRAFIA	100

RESUMO

Este trabalho busca analisar a criação e o funcionamento das cooperativas de produção que vêm sendo implantadas em municípios do interior de alguns Estados do Nordeste, no atual quadro de mundialização do capital e da nova divisão internacional do trabalho. A implantação dessas cooperativas vem se dando através, principalmente, da parceria entre empresas e Estados e faz parte de projetos de desenvolvimento local que têm, por sua vez, na interiorização, uma de suas principais características e, como objetivo central propalado, a atração de investimentos para essas regiões. Importa, assim, verificar por que essas novas formas de organização da produção, caracterizadas por relações de trabalho precárias, vêm ganhando espaço como alternativa à crise do assalariamento formal: o que elas representam em termos tanto de autonomia para os trabalhadores quanto de geração de emprego e renda? Para tanto, realizamos uma análise comparativa entre duas dessas cooperativas que, apesar de diferirem no tocante à forma como foram implantadas, guardam elementos comuns estruturais, que são essenciais para a compreensão do fenômeno. Buscamos, também, verificar como os trabalhadores estavam vivenciando esta nova experiência.

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de noventa do século recém-findo, órgãos da imprensa nacional¹ – jornais, revistas semanais e telejornais - começam a destacar a emergência de um fenômeno no mínimo estranho, levando em conta a situação econômica vigente naquela época²: a geração de renda e a criação de empregos diretos e indiretos no interior do Nordeste. Fato este que apontava, segundo essas notícias, para novos e promissores tempos para essa região. Isto estava acontecendo como consequência da instalação de cooperativas de produção industrial, principalmente em setores que necessitam de mão de obra intensiva.

À primeira vista, ter-se-ia uma boa novidade: empresas migrando para o interior do Nordeste, terceirizando a produção em cooperativas, criando empregos onde eles jamais existiram e dinamizando uma parte da região esquecida pelos poderes públicos federais. Entretanto, quais os principais motivos que estariam atraindo estas empresas para a região? E como os atores envolvidos neste fenômeno estão vivenciando-o, uma vez que , num passe de mágica, são lançados no turbilhão das relações capitalistas modernas?

→ A abertura da economia, fruto da implantação das políticas neoliberais, intensificou, no Brasil, um processo de reestruturação produtiva que ocasionou uma série de transformações nas empresas, seja no tocante à implantação de

¹ Ver revista Veja de 21/08/96, Isto é 07/05/97, Jornal Folha de São Paulo de 31/12/95, Jornal Zero Hora 18/07/99 e os telejornais da época.

² Este período foi marcado por uma forte recessão, oriunda da implementação das políticas de cunho neoliberal pelo governo Collor (1990-1993) e, principalmente, pela abertura comercial e pela

novas tecnologias (microeletrônicas e de informações), seja no que se refere à reorganização espacial e à utilização de novas formas de gestão da força de trabalho, que tiveram como principal consequência, o aumento vertiginoso do desemprego.

→ A busca de redução de custos através da utilização de mão-de-obra barata e pouco organizada tem se refletido no aumento da mobilidade espacial das empresas dentro do país. As grandes cidades do Sul e Sudeste assistiram (e assistem) à transferência de plantas industriais para cidades menores do interior, para outros estados e para outras regiões.³ Este processo tem posto o Nordeste, novamente, na mira das empresas que procuram baixar seus custos de produção.

A proximidade dos mercados do hemisfério norte, o baixo custo histórico da força de trabalho, o baixo índice ou mesmo a ausência de organização dos trabalhadores e os incentivos fiscais e benefícios oferecidos pelos estados têm se constituído nos principais atrativos para as empresas se instalarem na região.

Orobó, Machados, Baturité, Acarape, Canindé, Itapajé, Itapipoca, Santa Cruz, Massaranduba, Puxinanã⁴ são nomes sonoros, que evocam lugares exóticos. Eles designam, em geral, cidades situadas no semi-árido nordestino e

desregulamentação da economia.

³ Outro elemento que vem impulsionando este movimento é o abandono do caráter centralizador e planejador do Estado. Além disso, a inexistência de uma política industrial tem levado à deflagração de uma verdadeira guerra fiscal entre os diversos estados da federação, visando atrair empresas com incentivos que vão da renúncia de impostos até, praticamente, à montagem da fábrica, ao fornecimento da infra-estrutura e, mesmo, ao pagamento de parte do salário dos trabalhadores durante determinado tempo. Ver sobre a problemática da "Guerra fiscal" o artigo "A guerra fiscal veio para ficar" In: Jornal Gazeta Mercantil de 22/10/97 e o artigo de Líliliana Lavoratti, *Aspectos da guerra fiscal*.

⁴ Nestas cidades, as novas cooperativas, à primeira vista, estão muito distantes das propostas de autonomia e liberdade de trabalho presentes nos ideais do cooperativismo.

áreas de migração escolhidas para sediar esta "nova"⁵ experiência de organização da produção: as cooperativas de produção ou de trabalho, criadas de forma induzida⁶.

O estado pioneiro na implantação destas cooperativas foi o Ceará, cuja experiência deu-se na região do Maciço do Baturité. Através de um convênio do governo do estado com um grupo de investidores de Taiwan, fabricantes de motores e máquinas de costuras, confecções e produtos alimentícios, foi aberta, em 1994, na cidade de Acarape (a 40 km de Fortaleza), a primeira dessas cooperativas de produção.

A partir de 1996, começam a se instalar, também no Ceará, cooperativas ligadas a indústrias calçadistas oriundas do sul e sudeste do país, todas atraídas pelos incentivos oferecidos pelo estado, além do rebaixamento dos custos de produção proporcionados pelo modelo. Hoje estas cooperativas já representam uma realidade na maioria dos estados nordestinos⁷. Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão são alguns dos estados que já possuem,

⁵ Historicamente, as cooperativas de trabalho têm sido organizadas em períodos de crises econômicas e desemprego, mantendo-se por tempo limitado. Segundo Lima (2001), podemos classificar, em geral, seu desenvolvimento em três períodos: 1) até a Primeira Guerra Mundial, com experiências vinculadas ao movimento operário e sindical, socialista e anarquista; 2) no período do Pós-Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de movimentos alternativos ao capitalismo industrial, principalmente na Itália, França e Espanha; e 3) as cooperativas "phoenix" surgidas na década de 70, com o crescimento do desemprego, as ocupações de fábricas fechadas e sua transformação em cooperativas. Raymond (1986) relata várias experiências ocorridas na Europa e o seu desaparecimento em momentos de estabilidade.

⁶ Segundo documentos da Organização das Cooperativas Brasileiras, *cooperativas de trabalho* são aquelas que reúnem diversos tipos de profissionais para prestar serviços para terceiros. *Cooperativas de produção* organizam a produção participando de todo o processo técnico e funcional da empresa. As cooperativas estudadas aqui se enquadram nas duas definições: mesmo que sua atividade seja a produção, elas operam como empresas faccionistas, isto é, prestam um certo tipo de "serviço" a terceiros. Assim sendo, cooperativas de produção e cooperativas de trabalho serão entendidas aqui como tendo o mesmo significado.

⁷ Essas cooperativas assentam-se juridicamente no artigo 442 parágrafo único de 1994, que alterou a CLT, estabelecendo a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e os cooperados e entre estes e as empresas contratantes de seus serviços.

principalmente nos municípios do interior, esse tipo de unidade produtiva.⁸

A criação dessas cooperativas não tem obedecido a uma única fórmula, apesar da diversidade de meios através dos quais vêm sendo implantadas, seja a partir da associação entre empresas e municípios (mediante políticas de atração de investimentos), seja como alternativas para trabalhadores que perderam seus empregos ou, ainda, por meio da iniciativa de algum político da região. Elas têm, contudo, no geral, apresentado certas regularidades - quanto ao funcionamento, à organização da produção e à gestão da força de trabalho - que permitem a realização de um estudo comparativo dos elementos básicos e estruturantes do "modelo", como também das especificidades de cada uma delas.

Partindo dessas constatações, analisamos duas cooperativas que divergem no tocante à forma como foram criadas, mas que conservam semelhanças básicas e definidoras do "modelo". Elas se localizam, respectivamente, no município de Puxinanã, no interior do Estado da Paraíba e no de Santa Cruz, a 70 km de Natal - Rio Grande do Norte. Denominada de CooperArte, a Cooperativa de Artesanato da Mulher de Puxinanã tem sua origem numa pequena empresa que contratava bordadeiras e costureiras e vendia seus produtos no mercado. Atualmente, essa empresa expandiu sua produção, alugando mais um galpão e conta com cerca de 140 trabalhadores. Os trabalhadores estão ocupados na confecção de gases cirúrgicas para uma empresa de material hospitalar, a Salute de Campina Grande - empresa contratante dos serviços da cooperativa. Esta experiência tem sua

⁸ Ver sobre as experiências das cooperativas nestes estados os recentes estudos de Lima (1997, 1998, 1999, 2000). E sobre a implantação deste modelo no sul e sudeste do país ver os trabalhos de Campos (2001) e Lins (2000).

peculiaridade na postura da presidente da cooperativa, que é vista como sua “dona”, apesar de juridicamente a empresa ser uma cooperativa.

A cooperativa do município de Santa Cruz foi criada através da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Vale do Trairi, com o objetivo de gerar emprego e renda no município e tornar seus projetos assistenciais independentes de verbas estatais. Com cerca de 230 trabalhadores, a cooperativa mantém um contrato de parceria com uma grande empresa de confecções do país que possui três unidades produtivas no Estado. A cooperativa realiza as tarefas de acabamento e costura que exigem uma maior quantidade de trabalhadores.

Essas breves referências sobre cada uma das cooperativas indicam distinções e similaridades. As distinções dizem respeito ao processo de formação das cooperativas: no primeiro caso, transformou-se uma empresa pré-existente em cooperativa, por iniciativa da proprietária; no segundo caso, um grupo político local articulou os interesses do governo estadual em desenvolver a região e os de uma grande empresa (cliente exclusiva da cooperativa) para a constituição da cooperativa. Tais diferenças de origem não impedem que as duas cooperativas apresentem uma série de semelhanças do ponto de vista de seu funcionamento efetivo, semelhanças essas que dizem respeito à organização da produção e às relações de trabalho estabelecidas.

Identificar tais semelhanças, entendidas aqui como elementos estruturais e reveladores dos modos de funcionamento e principais objetivos dessas cooperativas e, ao mesmo tempo, buscar compreender como os trabalhadores

estão vivenciando esta experiência se constituem nos objetivos principais deste trabalho.

Para alcançá-los, tentamos analisar, de um lado, os processos de implantação, organização e funcionamento dessas cooperativas, comparando-os e ressaltando seus elementos comuns e suas diversidades e, de outro, o perfil dos atores (trabalhadores), com ênfase nas suas percepções sobre o trabalho nas cooperativas.

Três referências básicas nortearam a pesquisa:

- 1) a reestruturação produtiva e seu paradigma de flexibilidade, refletidos na terceirização e na maior mobilidade espacial do capital, tendo como uma de suas principais conseqüências uma maior precarização das relações, processos e condições de trabalho;
- 2) o questionamento sobre as cooperativas de produção industrial ou de trabalho como uma proposta real de autonomia para os trabalhadores e uma forma eficiente de geração de emprego e renda;
- 3) as vivências mais gerais dos trabalhadores nesta nova experiência

Para tanto, realizamos visitas as duas cooperativas que se constituem no objeto de nosso estudo, onde observamos as formas de organização do processo produtivo e das relações de trabalho. Nestas visitas, foram realizadas entrevistas com os "responsáveis" diretos e indiretos pela criação das cooperativas, onde buscamos identificar, o processo de implantação, as formas contratuais de trabalho, os processos produtivos e o destino da produção. Com isso, conseguimos reconstruir a história da criação, o desenvolvimento, o

funcionamento e os objetivos associados à criação das cooperativas vistos sob a ótica de seus idealizadores.

Com relação às percepções dos trabalhadores quanto ao trabalho nas cooperativas foram realizadas entrevistas com os cooperados⁹ onde buscamos traçar um perfil sócio-econômico dos trabalhadores e também captar como eles se percebem dentro dessa nova realidade e quais suas queixas e preocupações.

Além disto, dados secundários foram recolhidos através de leituras e de pesquisas em arquivos da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte e nas prefeituras dos respectivos municípios. Utilizaremos também os arquivos e o banco de dados do projeto "Reestruturação produtiva e trabalho: seus impactos sócio-econômicos regionais" (FINEP – CNPq), em desenvolvimento junto ao Grupo "Tecnologia e Trabalho" da Universidade Federal da Paraíba sob a coordenação do Prof. Dr. Jacob Carlos Lima.

Pelo acima exposto, este trabalho foi assim estruturado:

- um resgate da discussão teórica sobre o atual processo de reestruturação produtiva, enfatizando a terceirização/desconcentração, a precarização do trabalho, a reconfiguração espacial da produção e a busca de "novas" regiões de valorização pelo capital (capítulo 1);
- uma síntese dos principais trabalhos até agora realizados sobre as cooperativas de produção criadas de forma induzida na região Nordeste, como também uma pequena recuperação histórica do ideário cooperativista (capítulo 2);

⁹ As entrevistas foram realizadas através da aplicação de questionários com uma amostra de trinta

- uma análise comparativa dos casos estudados, ressaltando seus aspectos em comum e suas especificidades; perfil sócio-econômico dos trabalhadores e suas percepções sobre as cooperativas (capítulo 3);
- considerações finais que, além de sintetizarem os principais achados da pesquisa, buscam refletir sobre as referências e objetivos que a orientaram.

Capítulo 1

AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

1.1 - A atual reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho.

→ As últimas três décadas do século passado foram marcadas por profundas transformações no mundo do trabalho. Essas mudanças ocorreram como resposta do sistema capitalista à emergência de mais um período de crise¹⁰ de seu modo de funcionamento e desenvolvimento iniciada a partir do final dos anos sessenta, com o declínio do que passou a ser conhecido como *golden age* (período de ouro de desenvolvimento do capitalismo)¹¹.

→ O declínio desta forma de organização e desenvolvimento do sistema capitalista desencadeou um novo processo de reestruturação produtiva, que se caracterizou pelo aumento da concentração de capitais, pelo deslocamento de uma grande parcela de capital do setor produtivo para o setor das finanças – fenômeno da financeirização -, pela abertura de novas fronteiras para as

¹⁰ O processo de desenvolvimento do capitalismo, como bem ressaltou Marx, é marcado por ciclos sucessivos de expansão e crise, nos quais este sistema busca novas formas de organizar a produção por meio do desenvolvimento técnico, de um maior controle sobre a força de trabalho, da exploração de novos mercados e ampliação dos antigos, no intuito de obter ganhos de produtividade. “A Sociedade capitalista não consegue sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e por conseguinte todas as relações sociais” (MARX, 1998: 11). Ver: Marx, Karl (1998 e 1986); Arrighi, Giovanni (1996 e 1997) ; e sobre as transformações atuais deste sistema, ver: Chenais, Francois. (1996 e 1997) ; Harvey, David (1992); Antunes, Ricardo. (1997 e 2000).

¹¹ Forma específica de desenvolvimento do sistema capitalista, que se estende do pós-guerra até o final da década de sessenta e que se baseava, principalmente, na conjugação de dois fatores: 1) na intervenção direta do Estado na economia, principalmente na reprodução da força de trabalho, por meio do chamado *Welfare State*; e 2) na organização produtiva nos moldes taylorista-fordistas, isto é, na produção em massa de produtos homogêneos por meio da separação entre concepção e execução. Ver Hobsbawm, 1997; Harvey, 1992; Antunes, 2000 entre outros autores que trataram do tema.

→ multinacionais, pelo surgimento de novos países industrializados¹², pela gestação de uma nova cultura fabril - permeada por novas formas comportamentais - e pela emergência de "novas" formas de organização da produção e de gestão da força de trabalho, baseadas no paradigma da flexibilização.

~ Como salienta Antunes,

"Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anterior (Antunes, 2000: 31).

→ O neoliberalismo como ideologia política e econômica¹³, a abertura dos mercados e a mundialização do capital vão marcar o novo contexto do desenvolvimento do capitalismo. Delineou-se um novo padrão de acumulação em

¹² O conjunto deste processo foi denominado de globalização por uns, de mundialização por outros, ou ainda de internacionalização. O fato é que internacionalização, globalização e mundialização são palavras diferentes que exprimem um aspecto ontológico da formação capitalista: sua necessidade de universalização. No entanto, é diferenciada a forma como esta universalização vem se processando ao longo da história deste sistema. O primeiro momento de internacionalização desse século se deu entre as décadas de 20 e 30 e ficou conhecida como internacionalização do capital. Esta caracterizou-se pela entrada de multinacionais em países diversos de sua origem a fim de produzir tanto para o mercado deste país, quanto para o de seus vizinhos. Na segunda metade dos anos 70, esse processo assumiu uma nova forma: a produção efetuada nos países do sul agora se destinava aos países do norte e as fábricas foram divididas e desmembradas em partes pelo território mundial.

¹³ Ver sobre o histórico e desenvolvimento do neoliberalismo o excelente artigo de Andeson, Perry "O balanço do neoliberalismo" In Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs) Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado

substituição ao padrão taylorista–fordista que predominou soberano durante quase todo o Século XX. Este novo padrão de acumulação ficou conhecido como “Acumulação flexível”.

Segundo Harvey (1992) a “Acumulação Flexível” é caracterizada por uma forte oposição à rigidez característica do taylorismo-fordismo¹⁴, tendo como principal lastro de sustentação a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. E se caracterizaria pelo

(...) surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...)(Harvey, 1992: 140).

No entanto, mesmo com todas estas diferenças em relação ao padrão taylorista-fordista, Harvey não enxerga na “Acumulação Flexível” uma ruptura

democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

¹⁴ Para este autor uma das principais causas para emergência de um novo padrão de acumulação foi a insuficiência do padrão taylorista-fordista e das políticas de cunho keynesianas de conter as contradições inerentes ao sistema de produção capitalista. Esta insuficiência se apresentava, basicamente, na rigidez característica do modelo. Rigidez dos investimentos, rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, além de rigidez dos compromissos do Estado. Ver Harvey (1992).

radical com os velhos padrões. Para este autor, o que existe é uma tentativa do capital de responder a mais uma crise inerente a sua forma de desenvolvimento, por meio de uma combinação de padrões taylorista-fordistas com processos flexíveis, “artesanais” e tradicionais.

Antunes (1997) a exemplo de Harvey (1992), também não vê na “Acumulação Flexível”, que tem no toyotismo (modelo japonês) sua principal objetivação, uma ruptura radical com os padrões taylorista-fordistas, mas sim uma articulação entre processos de organização do trabalho e da produção que não são necessariamente excludentes, e que em muitos casos se mesclam na tentativa de recuperar e manter o processo de acumulação capitalista ameaçado pela emergência de uma nova crise.

“ O toyotismo penetra , mescla-se ou mesmo substitui o padrão taylorista-fordista dominante, em várias partes do mundo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos os desdobramentos são tão agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase.”(Antunes, 1997: 16)

Estas observações de Antunes e Harvey, sugerem que o padrão taylorista-fordista está em crise e vem sendo mediado por outras formas de organização capitalista da produção e do trabalho, que se integram dentro do paradigma da “Acumulação flexível”. Isso significa que não é mais possível falar de um modo hegemônico de gestão e organização do trabalho e da produção, já que o que

está em pauta é a busca de redução dos custos de produção via introdução de inovações tecnológicas e de novas ou arcaicas formas de organização do trabalho e da produção.

Como muito bem salientou Soares (1996) “(...) *não há uma maneira única de se produzir coisas, produtos e mercadorias, em um sistema capitalista, mundializado.*”(Soares, 1996: 85).

Além da recuperação dos patamares de lucros, o que está também em jogo é a busca por parte do capital¹⁵ de exercer uma maior controle sobre a classe trabalhadora no interior do processo produtivo, por meio tanto do enfraquecimento induzido das organizações da classe trabalhadora como pela procura de tornar comuns os seus interesses e os interesses dos trabalhadores.

É a conclusão a que Alves (2000) chega ao analisar o processo de reestruturação produtiva ou “complexo de reestruturação produtiva” (como o denomina este fenômeno) , que tem no toyotismo seu momento predominante.

→ Para este autor, a reestruturação produtiva, ou “ novo complexo de reestruturação produtiva”, é um processo de “ofensiva do capital sobre o trabalho no âmbito da produção”, que se realiza por meio de uma série de inovações tecnológicas (automação microeletrônica aplicada à produção) e organizacionais, buscando, assim, estabelecer uma nova hegemonia do capital na produção por meio da “captura da subjetividade da classe trabalhadora” à lógica do capital.

¹⁵ É importante salientar que ao usarmos o conceito de capital estamos nos referindo as suas diversas formas de personificação, em particular, mas não apenas, as grandes cooperações empresarias, que hoje são os principais agentes impulsionadores do processo de desenvolvimento desta forma de organização social. Dentro das relações capitalista, como bem salientou Marx, só podemos “tratar de pessoas à medida que estas são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses” (Marx, 1998: 19)

“o que denominamos de ‘complexo de reestruturação produtiva’ envolve uma série de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; novas formas de gestão da produção, tais como CCQ’s e programas de qualidade total; a série de racionalizações da produção, tais como ‘downsizing’ e a reengenharia (muitas das racionalizações decorrem de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas), que implicaram – e ainda implicam- demissões em massa. Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, os vários tipos de descentralização produtiva, tais como terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e a abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo”(Alves, 2000: 11)

Pelo exposto, a reestruturação produtiva precisa ser entendida como um processo mais amplo, que transcende às inovações de base técnico-científicas, tendo em conta que ela envolve questões sociais, político-ideológicas, culturais e não apenas econômicas: quando se transformam as condições de trabalho do homem, alteram-se concomitantemente as formas como estes produzem e

reproduzem suas condições de vida material, bem como suas maneiras de pensar e agir frente à realidade (Marx, 1996).

—▽ Nesta perspectiva, entendemos o atual processo de reestruturação produtiva como um momento de resposta do capital a mais uma crise inerente a sua forma de organização e funcionamento que, através do paradigma da “Acumulação Flexível”, tem operacionalizado uma série de transformações nos processos, nas condições e relações de trabalho e ensejado a emergência de novas e velhas formas de organização da produção, dentre elas, a terceirização via criação induzida de cooperativas de produção, como busca de alternativas para os desafios postos às empresas diante do novo contexto de concorrência e competitividade, sob a égide da mundialização do capital. ¹⁶

¹⁶ Utilizamos aqui o conceito de mundialização do capital tal qual foi definido por Chesnais: como a nova estrutura do capitalismo mundial que se desenvolve a partir de meados dos anos 70. Diante da nova crise de valorização as corporações transnacionais promoveram uma série de novas estratégias de negócios, que tenderam a constituir um novo cenário capitalista que veio a ser denominado de “globalização” – ou mundialização do capital. A mundialização do capital, que tem na desregulamentação da concorrência e no aumento dos investimentos financeiros alguns de seus aspectos principais, é decorrência da nova lógica de valorização do capital, cujo os principais agentes são as empresas, as corporações e os conglomerados transnacionais. É a robustez ontológica do capital transnacional com apoio das tecno-estruturas mundiais, (FMI, Banco Mundial e OCM), que consolidam a nova estrutura do capitalismo mundial (Chesnais, 1996). No entanto, é importante salientar que o que se denomina – de modo impreciso - de “globalização” não é decorrência apenas de atitudes econômicas, mas de decisões políticas propícias para dotar o capital de maior liberdade de ação. Dessa forma contribui para a emergência deste novo cenário de mundialização do capital a vitória de coligações políticas de matriz neoliberal, na passagem dos anos 70 para os 80, principalmente nos EUA e na Inglaterra. Ver sobre o conceito e o desenvolvimento histórico da mundialização do capital,

1.2 - A flexibilidade como novo paradigma da produção e a terceirização como elemento essencial deste paradigma.

→ Pode-se afirmar que, em geral, a flexibilização constituiu-se em uma exigência para as empresas a partir a década de 70. Ela se caracterizou pela substituição da automação de base metal-mecânica pela de base microeletrônica, aumentando a rapidez das mudanças na produção em termos de volume e produtos; pela adoção das teorias participativas presentes no 'modelo japonês' de gestão do processo de trabalho¹⁷ - as ilhas de produção, o trabalho em equipe, a eliminação de cargos hierárquicos intermediários, o *just-in-time*, o kan-ban e o controle individualizado sobre o trabalhador e sua 'motivação' -, mantidas através de emulação permanente.

No mercado de trabalho, verificou-se a sua desregulamentação, que se deu através da perda progressiva de direitos conquistados pelo movimento operário, e

CHESNAIS (1996).

¹⁷ Mas no que se constitui o chamado "modelo japonês" ? Segundo uma série de autores, brasileiros e estrangeiros, dentre eles, Coriat (1994), Antunes (1997; 2000), Druck (1999), Alves (2000) e Hirata (1993) , o toyotismo ou "modelo japonês" pode ser caracterizado, de forma resumida, pelos seguintes aspectos básicos de sua estrutura: 1) a produção é comandada pela demanda, o crescimento pelo fluxo. Para isto, a empresa vale-se do *just in time* (produzir no tempo certo). Ao contrário do sistema taylorista-fordista não se produz em larga escala um produto homogêneo, mas vários modelos e em pequenas quantidades. A empresa busca produzir só o que é vendido e o consumo condiciona toda a organização da produção. Este método se assemelha muito ao utilizado em supermercados, para cada mercadoria vendida outra é repostas; 2) substituição da linha de montagem rígida característica do taylorismo-fordismo por uma altamente flexível, que acaba aumentando as tarefas dos trabalhadores (com base nos discursos da polivalência, multifuncionalidade etc.). A relação um operário uma máquina é quebrada, e cada trabalhador passa a operar em média com até cinco máquinas. Esta flexibilidade da produção exige e pressupõe uma flexibilidade do trabalho e dos trabalhadores. Há a introdução de novas formas de organizar o trabalho e a produção, o sistema de células de produção ou ilhas de produção, aumentando assim ao máximo a intensidade do trabalho; 3) decomposição do trabalho na fábrica em quatro operações: fabricação, controle de qualidade, estocagem e transporte (sendo as três últimas reduzidas ao máximo); 4) introdução do sistema de produção just in time/kanban e seus pressupostos de funcionamento; 5) emergência da desconcentração produtiva via terceirização/subcontratação como uma das estratégias principais das grandes empresas; 6) introdução do sistema de cinco zeros; Zero atrasos, Zero estoques, Zero defeitos, Zero panes e Zero papéis; e 7) emergência do chamado "sindicato empresa", que passa a privilegiar a cooperação e parceria entre os trabalhadores e a empresa ao invés da luta de classe.

o aumento crescente do contingente de trabalhadores desempregados, ambos conseqüências do avanço das políticas neoliberais (Harvey, 1992).¹⁸

→ Esta flexibilização permitiu, assim, que as empresas se reestruturassem para as exigências da crescente competitividade no novo cenário de concorrência intercapitalista mundializada. E uma das formas mais utilizadas para este fim foi a velha subcontratação, que ganhou novas formas e cores, passando a ser denominada de terceirização.

→ Apesar da terceirização (subcontratação) não ser algo novo dentro do processo de produção capitalista,¹⁹ ela reaparece nos anos noventa, mesclada às inovações tecnológicas e organizacionais, assumindo, assim, novas dimensões e novas características. Ou seja, o processo de terceirização “ressurge” associado às novas práticas de gerenciamento, implementadas pelo modelo japonês (toyotismo)²⁰, entre elas, o CCQ, o Just in time/kamban, as células e ilhas de produção, a qualidade total, a polivalência, o trabalho em grupo, como também às inovações tecnológicas, máquinas MFCN, controle estatístico da produção, robôs, centros de usinagem etc.

¹⁸ Sobre a emergência e configuração de uma nova classe operária e de um mercado de trabalho flexível e precário ver: Alves (2000); Harvey (1992); Antunes (1997 e 2000).

¹⁹ Embora o conceito só recentemente tenha engrossado o já imenso glossário técnico moderno, o processo de terceirização, na verdade não é novo. A prática da terceirização, a rigor, tem origem com a divisão social internacional do trabalho, que se desenvolveu, ao longo da história sob a égide da lógica capitalista de produção. Um exemplo desse processo foi o processo de “*putting-out system*” (colocar para fora; trabalho doméstico, a domicílio), comumente usado ao longo dos séculos XVIII e XIX, antes do surgimento da grande indústria. Este processo permitia aos trabalhadores realizar a produção de diversos produtos manufaturados, dentre eles, têxteis, calçados, vestuário etc., nas suas próprias casas. É como se o mundo capitalista estivesse passando por um profundo processo de regressão histórica: o retorno a formas pretéritas de extração de mais-valia, como o *putting-out system*, trabalho domiciliar entre outras formas. Entretanto, não queremos dizer com isso que a terceirização é igual ao *putting-out-system*, que ambos são a mesma coisa. O que queremos deixar claro é que a prática é antiga, mas se processa hoje sobre uma base social, técnica e cultural bastante diferente da existente nos séculos XVIII e XIX, portanto possui novas características e peculiaridades. Ver sobre o *putting-out system* o trabalho de Marglin, S. (1989).

²⁰ Entendemos o Toyotismo (modelo japonês), com todos os seus componentes e acessórios, como a mais visível forma de objetivação do paradigma da flexibilização. Desta forma estamos de acordo com vários

→ A subcontratação, ou “nova” terceirização, por meio de formas distintas²¹, passou a ser utilizada cada vez mais pelas empresas como meio para reduzir seus custos de produção e aumentar a competitividade. Tendo como pilar de sustentação o chamado modelo japonês - ou o seu paralelo ocidental, a reengenharia (que pressupõe a produção em massa em condições de flexibilização da produção), sua adoção tem implicado ganhos altos de produtividade, redução da força de trabalho utilizada e precarização do trabalho²² (LIMA,1998).

→ Para muitos autores²³ a terceirização se constitui em um dos “elementos essenciais”²⁴ desse novo paradigma produtivo:

→ “[...] a terceirização, ou ‘outsourcing’, na verdade a velha subcontratação, foi transformada em elemento essencial da nova organização produtiva. É tanto que se chegou ao extremo da produção ‘virtual’, na qual empresas não produzem absolutamente nada, só administram a produção que é realizada em fábricas ou outras unidades produtivas, onde freqüentemente predomina o trabalho precário e condições de trabalho típicas do período da primeira Revolução Industrial” (Buonfiglio, 1998: 4).

→ Nesta mesma perspectiva, Druck (1999) vê a terceirização como uma das

autores Alves (2000), Soares (1996), Antunes (1997 e 2000) entre outros, que nos servem de lastro teórico.

²¹ Postos de serviços, trabalho domiciliar, empresas médias e pequenas facionistas, cooperativas de produção etc.

²² É importante salientar que reduzir e precarizar o trabalho é uma tendência inerente ao sistema capitalista, que ao longo da história de seu desenvolvimento vem se apresentando de diferentes formas. E é nesta redução de seu componente gerador de valor – a força de trabalho - onde se encontra a principal contradição deste modo de produção social. Ver Marx, Karl. “O capital” Vol I e Braverman, Henry. “Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.” Rio de Janeiro: Ed. Guanabara,1987.

²³ Ver Alves (2000); Buonfiglio (1998); Soares (1996); Druck (1999); Ramalho (1994) entre outros.

principais práticas de gestão do trabalho e como uma das alternativas mais utilizadas pelas empresas para conseguir reduzir seus custos de produção e ganhar competitividade no mercado.

→ Mas o que vem a ser a terceirização ? A terceirização consiste, basicamente, em transferir responsabilidade por um serviço ou por uma fase determinada do processo de produção ou comercialização, de uma empresa para outra.

→ Para Stolovich e Gonzáles (1997), o processo de terceirização é a transferência de determinada atividade realizada por trabalhadores de uma empresa para outra empresa, a empresa terceira. Esse processo também é conhecido por externalização.

→ De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a

→ “terceirização pode ser caracterizada pela contratação de empresas terceiras para realizar determinadas atividades no interior da empresa cliente ou através da transferência da parte da produção para outras empresas, as terceiras.” (DIEESE, 1993: 17)

→ Segundo Alves (2000), a terceirização é um dos principais tipos de descentralização produtiva em andamento. Ela (re)surge não como um movimento reativo, mas como procedimento estratégico das empresas para recompor os circuitos de valorização desenvolvendo novas redes de (sub)contratação.

²⁴ “A terceirização é o componente central do espírito do (modelo japonês) toyotismo” (Alves, 2000:203).

Em suas palavras,

→ “ o processo de terceirização é um tipo de descentralização produtiva, centrado na lógica da focalização da produção, isto é, a empresa tende a concentrar seus esforços e a se especializar na produção daquelas mercadorias sobre as quais ela detém evidentes vantagens competitivas. Diz-se, por exemplo, que o ‘negócio’ das montadoras é montar automóveis, e nada mais que isso” (Alves, 2000: 206)

→ Este autor ainda ressalta dois aspectos importantes desse processo, que são obscurecidos por boa parte dos autores que vêem na terceirização um incentivo à criação de médios e pequenos negócios (cooperativas de produção por exemplo), considerados uma saída para o desemprego estrutural. O primeiro deles, é a dimensão política da terceirização, isto é, o seu poder de fragmentar o coletivo da classe trabalhadora, tornando débil sua organização e, conseqüentemente, sua capacidade de resistência aos ditames do capital; o segundo diz respeito ao aumento da exploração intensiva do trabalho, a quebra de direitos e conquistas da classe trabalhadora, enfim, uma maior precarização do trabalho.

→ Ramalho (1994) e Lima (2001), também concordam que a terceirização está ligada diretamente à descentralização produtiva e ao processo de focalização das empresas, e que este fenômeno tem operacionalizado uma maior precarização nas relações, processos e condições de trabalho, além de debilitar e

fragilizar as formas de organização e luta da classe trabalhadora.

Nas palavras de Ramalho,

→ *“a utilização extensiva da tercerização/subcontratação conduz a um agravamento das condições de trabalho e um aumento da informalidade no mercado de trabalho” “(...) nas empresas subcontratadas o poder do coletivo organizado dos trabalhadores parece frágil, quando não totalmente inexistente.”(Ramalho, 1994: 88, 90).*

→ Sob esta perspectiva, entendemos a terceirização como um processo de descentralização produtiva, voltado para a desverticalização das empresas, a externalização das atividades e para a flexibilização da força de trabalho, impulsionando, assim, por formas distintas (trabalho domiciliar, cooperativas de produção etc.) uma maior precarização do trabalho.

→ Alguns sociólogos como Faria (1994) e Gitahy (1993), levantam a existência de dois processos de terceirização da produção em andamento. O primeiro, característico dos países industrializados (terceirização autêntica) e de alguns setores de ponta, teria como base uma política relacional entre as empresas, que focalizariam suas atividades nas ditas etapas estratégicas (controle, supervisão, marketing e comercialização do produto final), e as “empresas terceiras”, que efetuariam as tarefas consideradas secundárias, especializando-se nestas. Assim, neste modelo, ter-se-ia o que passou a ser conhecido como “partnership”, ou seja, um regime de parceria onde haveria uma

busca comum de qualidade, produtividade e competitividade, que redundaria em uma maior racionalidade do processo produtivo, pois os avanços tecnológicos e gerenciais beneficiariam tanto as empresas terceiras, como as que terceirizaram a sua produção. No segundo modelo, o processo de terceirização ou “terceirização espúria”, caracterizar-se-ia pela redução de custos de produção através da redução da mão-de-obra ocupada (*downsizing*) e pela precarização das relações de trabalho – principalmente por meio da desregulamentação. As empresas terceiras passariam a gerir os setores de produção onde se localiza uma maior concentração de trabalhadores, pagando salários menores, eliminando benefícios sociais, enfim, “enxugando” gastos com pessoal.

Segundo Gitahy, teria-se

→ *“por um lado, um tipo de terceirização associado a um esforço articulado entre a grande e a pequena empresa no sentido de qualificar fornecedores e aumentar a qualidade dos produtos e, por outro lado, formas associadas a estratégias restritivas, ou seja, externalização de atividades para redução dos custos via precarização das condições de emprego, mesmo comprometendo a qualidade do serviço prestado” (Gitahy, 1993: 151).*

→ No entanto, mesmo efetuando uma crítica ao modelo de “terceirização à brasileira”, que vem se dando através da incorporação do modelo adotado nos países industrializados, a análise destes dois autores ressalta apenas as deficiências e anomalias do caso brasileiro. Portanto, leva a crer que a terceirização que está ocorrendo nos países industrializados possui apenas

aspectos benéficos, tendo em vista que está gerando uma maior racionalidade e criando o que passou a ser conhecido como as “redes virtuosas”, diferentemente da que está se processando no Brasil e nos países em desenvolvimento, que busca apenas imitar os modelos produtivos utilizados por aqueles países sem os devidos investimentos e transferências por parte das empresas contratantes, ocasionando, assim, não uma maior racionalidade no processo produtivo, mas uma precarização cada vez maior do trabalho.

→ Com efeito, a terceirização, tanto nos países industrialmente desenvolvidos, como nos em desenvolvimento, e o processo de reestruturação produtiva da qual ela é parte integrante, se configuram como uma forma encontrada pelas corporações para atender aos imperativos do atual contexto sócio-econômico mundial. Obviamente, este processo não se apresenta da mesma forma no Brasil e na Inglaterra, nem em São Paulo e Rio Grande do Norte, pois são espaços distintos que possuem especificidades sociais, econômicas e culturais. Entretanto, entendemos que, no geral, este processo está viabilizando, onde quer que aconteça, uma precarização cada vez maior das condições, relações e processos de trabalho.

1.3 – A reestruturação produtiva no Brasil: terceirização e realocização espacial

De acordo com a literatura pesquisada, o processo de reestruturação produtiva alcança o Brasil a partir dos anos oitenta do século passado, com a introdução de novas formas organizacionais tipo, os círculos de controle de qualidade (CCQs) e just in time/kanban, e a automação de alguns setores da indústria, principalmente o setor automobilístico. Neste sentido, a maior parte dos autores indicam que elementos do toyotismo (“modelo Japonês”) e algumas inovações tecnológicas começam a fazer parte do cotidiano das empresas no Brasil – mesmo que de uma forma seletiva e restrita.

Este processo é entendido por alguns autores (Mattoso,1995) e Salerno (1993) como um processo de “modernização conservadora”. De acordo com esta visão, o processo de reestruturação, ou “modernização conservadora” é o resultado da ofensiva global do capital internacional e das políticas neoliberais postas em prática nos países centrais e imposta aos países periféricos como única forma de retomada do crescimento da economia. A terceirização, a fragmentação da classe trabalhadora, o desemprego estrutural, o trabalho por tempo parcial, a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e a crise do sindicalismo, seriam expressões desse processo de “modernização conservadora”.

Segundo Mattoso, os anos 80 e início dos anos 90 seriam os “anos dourados da modernização conservadora” , sendo estes, o reflexo do

esgotamento do dinamismo da economia industrial brasileira e da desestruturação do padrão de acumulação vigente desde os anos 50 baseado, principalmente, na política de substituição de importações (Mattoso, 1995).

A análise de Salerno (1993) vai na mesma direção. Para este autor o processo de reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80, com a introdução, por parte de algumas empresas; de alguns aspectos do “modelo japonês”(just in time/kanban, CCQ's) e de algumas inovações tecnológicas de base microeletrônicas, teria a característica de uma “modernização conservadora”, não atingindo todos os setores da produção e se caracterizando como movimento reativo e limitado.

Alves (2000) entende este período de início de implantação do processo de reestruturação produtiva – ou complexo de reestruturação produtiva como denomina-o este autor - , como o de emergência do “toyotismo restrito”, ou seja, pela introdução, de forma restrita e seletiva a alguns setores da produção, dos componentes tecnológicos-organizacionais característicos do “modelo japonês” com objetivo de reuzir os custos de produção e ganhar competitividade, tanto internamente quanto internacionalmente. Este autor, a exemplo de Mattoso (1995) e Salerno (1993), também verifica que esta implementação, de forma restrita e seletiva, de alguns componentes do “modelo japonês” diz respeito a um movimento de reação ao colapso da forma como se deu o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, centrado no paradigma da substituição de importações, e sua incompatibilidade com a nova fase do capitalismo mundial.

Entretanto, este processo, a partir da década de noventa, irá se efetivar e assumir a forma de uma verdadeira reestruturação produtiva, perdendo seu caráter restrito e seletivo, passando a atingir todos os setores produtivos. O grande impulso para esta arrancada foi dado pelo avanço das políticas neoliberais²⁵, que tiveram na abertura da economia aos produtos importados e no processo de privatização seus aspectos mais marcantes e relevantes (LEITE,1994).

A abertura da economia, ou liberalização comercial iniciada no Governo Collor (1990-1993) e levada adiante pelo Governo Itamar (1993-1994) e pelo governo Cardoso (1994 -), teve como consequência imediata o aumento da competição, fato que fez com que as empresas intensificassem os seus processos de reestruturação para poder concorrer no mercado com os produtos importados. Um número cada vez maior de empresas começou a se organizar segundo novos princípios tecnológicos e organizacionais e as mudanças, que antes se dirigiam basicamente ao chamado "chão de fábrica", passam então a atingir os níveis técnico e administrativo. Como bem ressalta Humphrey,

"movidas pela ameaça da competição internacional, decorrente da política de abertura da economia, as empresas buscam desesperadamente soluções capazes de reduzir, de maneira

²⁵ Entendemos por políticas neoliberais um conjunto complexo de medidas de reforma da economia e do Estado capitalista no Brasil, capazes de efetuar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista no país, um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, ligado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação a nova fase do capitalismo, a mundialização do capital. Tem início nos anos 90 com o governo Collor e segue com maior eficácia política nos governos de Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-). Suas principais características são: liberalização comercial e novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade nos gastos públicos. Com efeito, são medidas capazes de reconstituir o Estado capitalista a serviço da nova etapa do capitalismo. Assim, ao contrário do que seus

rápida, o abismo que separa os padrões brasileiros de preço, qualidade e entrega daqueles prevalecentes no mercado mundial” (Humphrey, 1995: 46).

É neste momento que o problema da produtividade e competitividade surge para a indústria brasileira como que uma espada de Dâmocles. Aumentar a qualidade, a precisão e a flexibilidade da produção e do trabalho, passou a serem fatores determinantes na busca de novos padrões de competitividade (Alves, 2000).

Além disso, com a retirada do Estado da função de capitaneador do processo de desenvolvimento via industrialização substitutiva, os governos estaduais passaram a adotar estratégias e programas de desenvolvimento local, com o intuito de atrair investimentos para suas regiões - o que deu origem à chamada “guerra fiscal”. Estes programas se assentaram na oferta de incentivos fiscais, de infra-estrutura, na possibilidade de flexibilização das relações de trabalho etc.

→ É neste contexto que a terceirização (subcontratação) começa a ser utilizada como uma das principais formas de descentralização produtiva e os processos de flexibilização das relações de trabalho começam a ganhar espaço, ambos passando a se constituírem nos instrumentos mais utilizados pelas empresas para reduzir os seus custos de produção.

→ Druck (1999) em seu estudo sob o pólo petroquímico de Camaçari, ressalta a terceirização como o elemento central do toyotismo (modelo japonês)

ideólogos pregam, o Estado neoliberal ou “Estado mínimo” é, na verdade, o “Estado máximo” para o capital.

no Brasil nos anos noventa. Segundo esta autora, o processo de terceirização – que em outras palavras quer dizer descentralização produtiva, externalização de atividades e subcontratação - está associado a outras estratégias de gestão da força de trabalho características do “modelo japonês” como o just in time/kanban, os programas de qualidade total, de envolvimento e cooperação dos trabalhadores. E tem como principal objetivo, a busca de flexibilizar a produção e as relações de trabalho.

→ A autora sugere ainda algumas hipótese sobre o desenvolvimento e as consequências deste processo no Brasil:

- 1) é a prática mais usada e mais difundida nas atividades industriais e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público etc.);
 - 2) além do seu crescimento rápido, há uma mudança qualitativa fundamental em seu conteúdo: há uma intensificação da terceirização não apenas nas áreas de serviço e apoio, que são consideradas atividades periféricas (alimentação, transporte, limpeza, vigilância etc.), mas também nas ditas atividades centrais da empresa, como na produção, ferramentaria e a manutenção;
 - 3) é o processo que torna mais visível as transformações do espaço fabril e da cultura fabril, por meio da desestruturação dos coletivos de trabalho;
 - 4) há o aprofundamento de características estruturais do mercado de trabalho brasileiro como a segmentação, fragmentação, rotinização, desorganização/informalização e, principalmente, o aparecimento do
-

desemprego estrutural – de longa duração.

- 5) no plano político, principalmente da ação coletiva via sindicato, tem ocorrido uma fragilização da representação e das práticas sindicais, reforçando práticas e identidades corporativas de cariz propositivo em detrimento das de caráter classista, enfraquecendo, assim, os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando sua desunião, sua dispersão e a concorrência e competição intra-classe;
- 6) as consequências principais do processo de terceirização no Brasil, vêm acentuando o caráter excludente do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, tornando-se visível por meio da maior precarização do trabalho e do emprego. (Idem: 124)

→ Assim, ao compreender o processo de terceirização no Brasil como um processo de descentralização/externalização e subcontratação que tem operacionalizado, na prática, uma maior flexibilidade da produção e do trabalho, levando, assim, a uma maior precarização do trabalho e do emprego no país, a autora constrói a seguinte tipologia das principais formas pelas quais vem se dando a terceirização no Brasil:

- 1) Trabalho doméstico ou trabalho domiciliar – por meio da subcontratação de trabalhadores autônomos, em geral, sem contrato formal, prática mais recorrente nos setores mais tradicionais da produção industrial;
- 2) Empresas fornecedoras de componentes e peças - subcontratação na forma de redes de fornecedores, que produzem “independentemente”, isto é, possuem instalações próprias, maquinaria e força de trabalho,

mesmo sua produção estando voltada para as grandes empresas contratantes;

- 3) Subcontratação para serviços de apoio – subcontratação de empresas especializadas prestadoras de serviços realizados em sua maioria, no interior das empresas contratantes;
- 4) Subcontratação de empresas e/ou trabalhadores autônomos nas áreas produtivas centrais – aqui existem dois tipos: a) realização do trabalho dentro da planta da empresa contratante; b) realização do trabalho na planta da empresa contratada. (Idem: 154)

Acrescentando a esta tipologia de Duck, poderíamos citar a forma de terceirização que se constitui em nosso objeto de estudo: a terceirização via cooperativas de produção, criadas de forma induzida, que vêm sendo implantadas no interior de alguns Estados do Nordeste.²⁶

Este processo, além das características e conseqüências acima arroladas, tem ocasionado um reordenamento espacial da produção no Brasil e no mundo. Áreas antes consideradas marginais ao processo de desenvolvimento capitalista, passaram a possuir uma nova significação. Como afirma Bauman (1999), com a intensificação e dissiminação das conquistas da Terceira Revolução Industrial, principalmente, as relativas às tecnologias de informação, o lugar e as distâncias passaram a não mais significar um obstáculo,

“(...) as vezes parece que ele [o lugar, as distâncias] só existe para que possa ser anulado, como que o espaço não passe de um

²⁶ Estas cooperativas estão sendo anunciadas como uma alternativa para o desemprego e uma proposta de

convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado. O espaço deixou de ser um obstáculo – basta uma fração de segundos para conquistá-lo” (Bauman, 1999: 85).

Assim, com o desenvolvimento e aprofundamento do processo de internacionalização/mundialização do capital impulsionado pelas tecnologias de informação, o espaço passou a não mais ser um entrave para a expansão do modo de produção capitalista para todas as partes do globo. Desta forma, como nos referimos acima, novas regiões, países e territórios passaram a fazer parte do processo de valorização do capital.

“(…) fraciona-se as cadeias produtivas com a formação de ‘redes empresariais’ e o surgimento de empresas virtuais que criam produtos que são fabricados em partes ou em sua totalidade, em empresas menores distribuídas pelo mundo. Ao mesmo tempo em que se desconcentram os espaços produtivos, concentram-se cada vez mais os centros de decisões nas chamadas cidades globais dos países desenvolvidos, que se articulam com as cidades globais situadas nos países em desenvolvimento. Nessas cidades se concentram os recursos e a mão de obra qualificada. Nos demais espaços, distribui-se a produção com trabalho intensivo e mão de obra desqualificada, incorporando novos territórios [países e regiões] a economia globalizada. A resignificação do território e sua produção, resultado do processo

de reestruturação produtiva, dá-se pela composição de malhas, nós e redes comandados por empresas, em sua maioria, transnacionais. Neste novo desenho o Estado e as fronteiras estariam perdendo o papel em sua determinação (Lima, 2001: 19).

Esta fragmentação/desconcentração espacial da produção visa a constituição de menores custos de produção, fato que tem feito com que países e regiões periféricas a este processo estejam sendo incorporados a ele, por meio de criação de empresas manufatureiras subcontratadas coordenadas por redes produtivas. Como a rede é constituída por empresas subcontratadas o ônus da gestão da força de trabalho é externalizado. Há o surgimento de uma nova hierarquia dentro da classe trabalhadora, dividido entre as empresas contratantes que possuem uma força de trabalho mais qualificada e as subcontratadas, onde predomina a precariedade das relações de trabalho, formas diversas de exploração do trabalho, baixos salários, direitos sociais mínimos, quando não inexistentes. Esta nova configuração espacial é a marca característica da nova divisão internacional do trabalho.

No Brasil, esta nova desconcentração espacial ganha dinamismo com a maior exigência a partir dos anos noventa das empresas reestruturarem suas plantas industriais como meio para conseguirem uma maior competitividade nacional e internacional. A terceirização passa a ser usada, através de formas diversas (trabalho domiciliar, cooperativas de produção etc.), como o principal instrumento das empresas para desconcentrar espacialmente sua produção na busca por novos espaços para uma maior valorização.

A busca por novas áreas de valorização pelo capital “nacional” e internacional no país teve – e está tendo – como consequência, o aumento da mobilidade espacial das empresas, com isso, os grandes centros urbanos industriais, símbolos do processo de industrialização brasileira, estão experimentando um processo de evasão de empresas. Cidades como São Paulo, e regiões como o ABC e o pólo calçadista²⁷ de Franca estão vendo boa parte de suas empresas fechando e transferindo toda, ou parte de sua produção, para outras cidades ou regiões do país.

É nesse momento que o Nordeste passa a ser novamente uma ótima opção, devido principalmente aos incentivos de Estados e prefeituras e às características estruturais de sua força de trabalho, para as empresas que buscam ganhar competitividade e reduzir seus custos de produção através da desconcentração espacial da produção via terceirização.

1.4 – O Nordeste como opção de redução de custos de produção via terceirização

O movimento de desconcentração industrial, e a procura do Nordeste como opção não é novo. Como bem salienta Guimarães Neto (1995), esse processo inicia-se a partir de meados da década de 70 e se estende até o início da década de 90, por meio da transferência de capitais privados e estatais das regiões mais industrializadas do país, para as mais “atrasadas”. Esse período é denominado

²⁷ Os setores industriais ditos tradicionais, principalmente o têxtil e calçadista, foram um dos mais prejudicados com a liberalização comercial nos anos 90, e serão eles que primeiro buscaram reduzir seus custos de produção via realocação espacial de suas unidades produtivas. Uma das áreas mais procuradas por este setor foi o Nordeste do país.

pelo autor de “integração produtiva”, e substitui o anterior, a “integração comercial”. Este último, foi caracterizado pelos grandes projetos da SUDAM e SUDENE, que gerou o surgimento de numerosas unidades fabris nas regiões abrangidas por estas instituições de planejamento, e o crescimento econômico destas regiões – o Nordeste, por exemplo, teve taxas de crescimento maiores que a média nacional entre 1970-1995 (SUDENE, 1997).²⁸

A crise do Estado Brasileiro e de suas políticas de proteção industrial, seu esgotamento fiscal nos anos 80 com a sucessão de crises econômicas e altas taxas de inflação, num contexto internacional dominado pela nova fase do capitalismo que buscava a eliminação de barreiras nacionais à circulação de mercadorias, levou ao abandono dessas políticas centralizadas de planejamento econômico. Neste contexto, cada Estado da federação – alguns mais que outros – passaram a disputar investimentos industriais. Essa disputa gerou o que passou a ser conhecida como “guerra fiscal”, onde cada Estado busca, por meio de incentivos fiscais, fornecimento de infra-estrutura, preços subsidiados (tarifas de água e energia elétrica), a montagem da fábrica, e mesmo o pagamento de salários dos trabalhadores por determinado tempo, atrair empresas para suas regiões. Este processo deu novo impulso à desconcentração industrial.

O reaparecimento do Nordeste como região propícia para a realocização das indústrias responde à lógica de incorporação de novos territórios e regiões a

²⁸ A SUDENE, por meio de generosos incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura dinamizou e diversificou o parque industrial do Nordeste. As indústrias instaladas na região metropolitana do Recife, o Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Pólo confeccionista na Região metropolitana de Fortaleza e os distritos

economia capitalista mundializada. Sem capacidade em termos de infra-estrutura, capital, além da distância dos principais mercados consumidores de bens de consumo duráveis - eletrodomésticos e automóveis – os setores que irão procurar o Nordeste para reduzir seu custos via desconcentração/terceirização serão aqueles que utilizam trabalho intensivo, principalmente a indústria têxtil, a calçadista e a de alimentos – as mais afetadas pela liberalização comercial.²⁹

Diferentemente da fase anterior de industrialização através das instituições governamentais de planejamento, a nova dinâmica industrial da região vem se processando por meio de políticas de desenvolvimento locais que visam a atração de investimentos e têm na interiorização uma de suas características marcantes. Este processo tem se desenrolado, a partir da reestruturação produtiva de unidades fabris instaladas na própria região e pela instalação de novas fábricas vindas de outras regiões do país ou mesmo de empresas internacionais. O principal atrativo que a região oferece, além dos incentivos oferecidos pelos governos Estaduais e municipais, está no baixo preço da força de trabalho e na sua falta de organização classista. A renúncia fiscal é justificada pela dinamização

industriais nas proximidades das capitais como Natal e João Pessoa, ou em cidades médias da região como Feira de Santana (BA) e Campina Grande (JP), são alguns dos exemplos desse processo.

²⁹ O setor industrial que mais tem deslocado sua produção para o Nordeste tem sido o setor de vestuário – têxtil e calçados. Caracterizado pela heterogeneidade e diversidade de seus processos produtivos, onde as inovações tecnológicas ficam restritas às grandes unidades produtivas, sendo a maior parte da produção efetuada com base na relação um operário/uma máquina, este setor tem a necessidade de utilização de grandes contingentes de força de trabalho. A subcontratação de trabalhadores domiciliares e facionistas que realizam tarefas específicas por encomendas, é tradicional neste setor, onde o “novo”, se é que podemos assim caracterizá-lo, está na mobilidade espacial das grandes indústrias para “novas” regiões (Nordeste principalmente) em busca de reduzir seus custos de produção e ganhar competitividade num mercado cada vez mais mundializado, assim como, na utilização de formas de terceirização até pouco tempo não usuais – cooperativas de produção criadas de forma induzida. Sobre o histórico da indústria de confecções e a predominância neste setor do trabalho a domicílio e em pequenas e médias unidades produtivas, ver Abreu (1986).

econômica provocada pelas novas fábricas, dado o número de empregos diretos e indiretos que acarreta, não significando, na versão oficial, perda de arrecadações e prejuízo. Ao contrário, haveria aumento da circulação monetária e crescimento da massa salarial, portanto, o que estaria acontecendo seria uma conjugação de interesses, o barateamento dos custos de produção com as perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico.

Entretanto os estudos recentes de Lima (1997,1998 e 2001) e Moreira (1996), mostram que as cidades receptoras das novas indústrias continuam sem saneamento básico, sem habitação e demais condições básicas necessárias a uma qualidade de vida razoável. No entanto, postos de trabalho são criados e uma circulação monetária praticamente inexistente em cidades perdidas nos sertões Nordestinos, produzem novos consumidores, colocando-os diante de uma realidade estranha para a maioria dessas populações – principalmente o regime de trabalho fabril.

Com efeito, as possibilidades de redução dos custos de produção, via redução dos custos com a força de trabalho a níveis considerados “chineses”, seria a chance de retomada da competitividade internacional e nacional dos setores que perderam mercado com a abertura comercial, principalmente aqueles que utilizam força de trabalho intensiva. No entanto, ao se levar em conta os investimentos estatais, os custos dos empregos criados no Nordeste podem ser considerados altos. Entretanto, para as empresas, esse custo sai muito baixo.

Seja para aquelas que pagam um salário mínimo, quando em suas regiões de origem pagavam até quatro vezes mais, seja pela possibilidade de terceirizar a produção, em empresas menores ou em “novas” formas até então pouco conhecidas, as cooperativas de produção criadas de forma induzida. Mas, qualquer que seja a forma utilizada³⁰, o que temos é uma maior precarização das relações de trabalho e salário, através da perda total, ou parcial, de direitos conquistados e acoplados ao contrato de trabalho. Contudo, permanece uma questão: como falar em precarização do trabalho no interior do Nordeste onde a maioria não tem emprego e os empregos formais são oferecidos, em grande parte, pelo Estado, e este em grande medida nem o salário mínimo paga ?

³⁰ É importante ressaltar que nem todas as empresas que estão migrando para o Nordeste estão implantando novas formas de organização da produção, muitas estão se instalando nos moldes fabris tradicionais, pois o que lhes interessa é uma mão-de-obra barata, pouco ou nada organizada e os incentivos e subsídios dos governos estaduais, que chegam a cobrir os custos de infraestrutura e qualificação da força de trabalho. Dessa forma, surge uma questão: quais os motivos que estariam levando as empresas a terceirizarem a produção via criação induzida de cooperativas de produção?

Capítulo 2

AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO NO NORDESTE : O MODELO CEARENSE DE COOPERATIVAS

Este capítulo tem como objetivo efetuar uma síntese dos principais estudos realizados até o momento sobre o nosso objeto de estudo, a terceirização via criação induzida de cooperativas. Tendo em vista a contemporaneidade deste fenômeno, os estudos sobre ele são bastante escassos, limitando-se à análise pioneira de Moreira (1996 e 1997), e as análises mais atuais de Lima (1997, 1998 e 2001) referentes a Região Nordeste e aos trabalhos de Campos (2001) e Lins (2000) sobre algumas experiências na Região Sul. No entanto, também achamos necessário, para efeito de conjunto e sincronia do estudo, fazer uma pequena recuperação histórica do surgimento e desenvolvimento dos ideais do cooperativismo.

2.1 - O Cooperativismo: antecedentes históricos

O debate sobre o cooperativismo, principalmente no tocante às cooperativas de trabalho ou de produção, é oriundo do movimento operário dos séculos XVIII e XIX, e surgiu a partir das primeiras manufaturas organizadas sob a forma de cooperativas na Inglaterra na década de 1790. Este debate se expandiu com as agitações luddistas de 1811-13 e suas curtas experiências e, nas décadas seguintes, com as chamadas lojas owenistas e chartistas, inspiradas

pelo socialismo utópico de Roberto Owen, Lassale, Charles Fourier, Charles Gide, Pierre Phroudhon e Louis Blanc.

Segundo Rios (1987), cooperativa ou cooperativismo é uma dessas palavras chaves que servem para todos os fins, que se torna solução para quase todos os males sociais e que é utilizada nas mais diferentes configurações sócio-econômicas-culturais. Existem cooperativas em Israel, na Nicarágua, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, na China, no Brasil etc. No entanto, mesmo com esta difusão tão ampla, não podemos falar de uma disseminação internacional do movimento cooperativista, mas sim de uma forma organizacional que, dependendo do espaço/tempo onde é instituída, ganha configurações e formas diferenciadas.

No ano de 1844, a formação da Rochdale Society of Equitable Pioneers, por operários têxteis em Rochdale - cidade industrial próxima a Manchester, Inglaterra – marcou o início do que viria a ser o movimento cooperativista. Tratava-se de uma cooperativa de consumo que rapidamente se expandiu tornando-se o símbolo do movimento. Objetivava distribuir entre seus membros o excedente arrecadado a partir do volume de consumo de cada associado, através da abertura de um armazém de abastecimento para os sócios. Além disso, esta cooperativa também buscava construir casas, gerar ocupações para os desempregados, através da criação de uma comunidade auto-sustentada. Com o crescimento do número de seus sócios, foi aberta, em 1850, mais uma cooperativa da Rochdale Society of Equitable Pioneers sob a forma de um moinho; tratava-se da primeira cooperativa de produção industrial. Em 1854,

surgiu a segunda cooperativa de produção industrial, uma tecelagem, seguida por uma fiação. Progressivamente, mais cooperativas foram sendo criadas e via de regra foram se incorporando às maiores. (Singer, 1998).

A experiência de Rochdale tornou-se um modelo para outras cooperativas da Europa e do mundo, tendo em vista que seus princípios serviram de base para a criação, no ano de 1895, em Genebra, da Aliança Cooperativa Internacional. Os seis princípios originários de Rochdale passaram por diversas revisões em congressos realizados em 1934, 1972 e 1995, e a eles foi acrescentado um sétimo.³¹

A partir de 1848, o movimento cooperativista, ainda que originariamente contestatório e vinculado ao movimento operário e socialista, passou a ser apropriado por reformistas de diversos matizes, sendo percebido não necessariamente pelo seu caráter revolucionário, mas também pelas possibilidades de humanização da relação capital-trabalho.³²

Sem uma sistematização deste debate, Marx (1975) fez considerações sobre o movimento cooperativista, apontando seus limites oriundos da sua convivência com a lógica da acumulação capitalista. As cooperativas se

³¹ Os seis princípios dos pioneiros de Rochdale, mais o sétimo incorporado posteriormente são: 1) adesão voluntária e livre, sem discriminações de sexo, raça, religiosas, políticas e sociais; 2) controle, organização e gestão democrática, onde os sócios participam na formulação de políticas e tomadas de decisões; 3) participação econômica dos membros que contribuem para o capital e o controlam, com excedentes (sobras) postos a sua disposição; 4) autonomia e independência, de controle próprio, ainda que recorrendo, por vezes a capital externo; 5) educação formação, informação possibilitando intensa participação e desenvolvimento dos sócios; 6) intercooperação, fortalecendo o sistema cooperativista, através de estruturas regionais, nacionais e internacionais; 7) compromisso com a comunidade, por um desenvolvimento sustentado". Ver sobre o histórico, divisão e princípios do cooperativismo Rech, (2000).

³² Em 1852, a lei inglesa das Sociedades Industriais e Cooperativas, já regulava as relações destas com o Estado, incorporando as instituições capitalistas regulares .

constituiriam, segundo este autor, no futuro modo de produção de produtores associados. O trabalho associado, expurgado da exploração capitalista, tornaria arcaico o trabalho assalariado e demonstraria a inutilidade dos patrões na produção em grande escala, dentro necessariamente de uma nova ordem social: a sociedade socialista. Entretanto, embora considerasse as cooperativas um avanço da classe trabalhadora, estas refletiam impasses e contradições presentes no sistema capitalista e tenderiam a se tornar formas disfarçadas de exploração da força de trabalho. De acordo com este autor,

“(...) dentro delas [cooperativas] suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho.(...) Tanto as empresas capitalistas por ações, quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores, devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que num caso, a contradição é superada negativamente e no outro, de maneira positiva.”(Marx, 1975:509)

Esta posição de Marx se propalou entre pensadores marxistas, como Engels, Lenin e Rosa de Luxemburgo. Estes introduziram uma questão de grande relevância: em que medida é possível conciliar os princípios doutrinários do cooperativismo, baseados na solidariedade, fraternidade e liberdade, com o

espírito competitivo, de livre-concorrência e individualista do ambiente externo no qual as cooperativas estabelecem suas relações ? A importância deste debate é verificada na medida em que atualmente o cooperativismo voltou a fazer parte da pauta de discussões acadêmicas e governamentais. Este ressurgimento está ligado à proposta da “Economia Solidária”, que vê o cooperativismo como uma saída para a crise do desemprego e como uma alternativa de organização do trabalho e da produção ao modelo capitalista.³³

De um modo geral, as cooperativas tendem a se organizar em distintos campos: cooperativas agropecuárias, de crédito, educacional, de trabalho, de produção, saúde, consumo, habitacional, mineral, especial e de serviços. As cooperativas de trabalho reúnem diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros, como médicos, motoristas de táxi, eletricitas, etc. As cooperativas de produção industrial incorporam todas as etapas (técnicas, administrativas e funcionais) da produção de bens. Em outros termos, o trabalho é semelhante ao de uma fábrica comum, com trabalho parcelizado e hierarquizado, diferenciando-se apenas na gestão e apropriação coletiva dos bens.

As novas cooperativas que vêm surgindo no interior dos Estados nordestinos, que se constituem no nosso objeto de estudo, podem, uma vez que produzem bens como empresas subcontratadas, ser consideradas de trabalho e de produção. Elas refletem tanto as tentativas das empresas para reduzir seus

³³ No Brasil a discussão sobre as potencialidades do trabalho cooperativo de, a curto prazo, minimizar a crise do emprego, vem sendo capitaneada pelo Prof. Paul Singer, com o apoio da UNITRABALHO, de sindicatos e das organizações classistas. Vê Sobre este debate as propostas da “Economia Solidária” Singer (1998, 2000) e Guimarães (1999)..

custos de produção, via redução dos custos com a força de trabalho³⁴, quanto as dos Estados e municípios de atraírem investimentos, com o discurso da geração de renda e emprego, impulsionando, assim, um desenvolvimento sócio-econômico local.

2.2 - O modelo cearense de cooperativismo

A criação induzida de cooperativas no Nordeste teve no Estado seu idealizador e incentivador. Com a emergência da chamada “guerra fiscal”, fruto do vazio deixado pela retirada do Governo central do campo das políticas de desenvolvimento, os governos estaduais passaram a construir pacotes de incentivos para atrair investimentos para suas regiões. Estes pacotes fundamentavam-se principalmente na isenção ou redução do ICMS. Além disso, os Estados ofereciam outros benefícios: descontos tarifários, treinamento e capacitação profissional, infra-estrutura completa, galpões e terrenos industriais.

Indo além desses benefícios, o governo do Ceará começou a incluir, dentro deste pacote, a possibilidade de descentralização espacial da produção via terceirização em cooperativas de produção criadas através de relações de parceria com empresas. Desta forma, somava-se ao baixo custo e à falta de

³⁴ É preciso considerar, neste sentido, que o rebaixamento do tão discutido “custo Brasil” tem se constituído em uma exigência constante das empresas para poderem concorrer em um mercado cada vez mais globalizado. Para economistas e empresários, este “custo Brasil” da mão-de-obra, representado nos encargos sociais indiretos presentes no salário do trabalhador formal, a torna pouco competitiva internacionalmente. Como solução para este problema, prega-se a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização das relações de trabalho. Entretanto, alguns estudos mostram que, dependendo de como se realiza o cálculo dos encargos sociais, este “custo Brasil” pode cair para níveis bastante baixos. Isto comprova que o discurso do rebaixamento do “custo Brasil”, como pressuposto para que as empresas possam adquirir competitividade no mercado internacional, representa, na verdade, uma estratégia de luta para desregulamentar e flexibilizar

organização da classe trabalhadora nordestina, a possibilidade de terceirizar partes do processo ou todo o processo de produção em cooperativas, eliminando com isso os encargos e as obrigações trabalhistas.

Apesar do fracasso histórico das cooperativas agropecuárias na região³⁵, criadas com o aval da SUDENE, principalmente na década de setenta, a idéia de cooperativa, mas especificamente de cooperativas de produção industrial, surge agora como uma novidade na região. O novo estaria, além do surgimento de cooperativas de produção industrial em regiões sem tradição produtiva fabril, na indução da terceirização, através de políticas governamentais. Mesmo ferindo os princípios da organização cooperativa, este modelo tem possibilitado atrair empresas que de outra forma possivelmente não migrariam para a região.

Entretanto, o caráter polêmico deste modelo, a flexibilização de fato das relações trabalhistas através de um artifício – o trabalho associado –, era encarada apenas em suas conseqüências positivas, a geração de emprego e renda em locais onde estes inexistiam. Desta forma, a atuação estatal como indutora do processo é justificada pela perspectiva potencial de desenvolvimento sócio-econômico local que o modelo acarreta. Esquecia-se, portanto, as conseqüências que a implantação dessas cooperativas vinha operacionalizando na vida dos trabalhadores, em sua cotidianidade e em suas formas de encarar a realidade, e a ligação deste fenômeno com o contexto mais amplo das novas exigências do modo de produção capitalista em sua fase de mundialização – flexibilização das

oficialmente (pois essa desregulamentação e flexibilização já acontecem na prática) o mercado e as relações de trabalho.

³⁵ Sobre as experiências das cooperativas agropecuárias no Nordeste na década de 70 ver Rios (1979).

relações, processos e condições de trabalho, o que significa um avanço do capital sobre o trabalho, desorganizando-o e precarizando-o ainda mais.

Segundo Lima (1998), são grandes as vantagens que este modelo representa para as empresas que o adotam, dentre elas duas tem chamado a atenção. A primeira diz respeito à flexibilização total das relações de trabalho. Neste caso, a empresa transfere para os trabalhadores todos os ônus da administração e dos conflitos nas relações de trabalho, eliminando despesas com mão-de-obra em períodos de baixa demanda (o trabalhador da cooperativa só recebe se tiver encomendas), reduzindo os custos com a previdência social e outras obrigações sociais (que ficam a cargo dos próprios trabalhadores) e flexibilizando a jornada de trabalho, uma vez que os trabalhadores têm que trabalhar, não importando o dia e o horário, para atender os prazos estabelecidos e sem receber nenhum ganho adicional. Em outras palavras, “a empresa desobriga-se por completo com a força de trabalho”.

A segunda vantagem refere-se ao custo e ao risco muito baixos do investimento, já que o estado entra com incentivos e subsídios que vão desde a doação do terreno, infra-estrutura e isenção de impostos até, em alguns casos, ao pagamento de água, luz e telefone, que não se restringe apenas ao período de implantação da cooperativa.

Moreira (1997), também vê na redução dos custos de produção, por meio da redução dos custos com a força de trabalho, e no baixo risco do investimento um dos principais objetivos da criação das cooperativas de produção. Esta autora

também ressalta que este modelo de cooperativas vem sendo estudado, pelo governo estadual do Ceará e por outros governos do Nordeste, para ser implantado em outras regiões – tanto do interior do Estado do Ceará como em outros Estados nordestinos.

Em suas palavras,

“As cooperativas de produção estão sendo criadas com o objetivo principal de garantir uma mão-de-obra de baixo custo para as empresas contratantes de seus serviços. Elas exemplificam bem as dinâmicas que estão ocorrendo no mercado mundial decorrentes da reestruturação produtiva e da crescente globalização” (Moreira, 1997: 74)

A experiência pioneira deste modelo de cooperativas se deu com a criação, em 1991, do pólo confeccionista da região do maciço de Baturité³⁶, no município de Acarape, a 50 km de Fortaleza, por um grupo de investidores de Taiwan. Este grupo era composto por cinco unidades instaladas num terreno doado pela prefeitura do município: uma fábrica de máquinas de costuras; uma fábrica de motores para máquinas de costuras; uma fábrica de confecções³⁷; uma fábrica de gelatina comestível; e uma montadora de jipes utilitários de fibra de vidro.

³⁶ Área de serra úmida distante mais ou menos 45 km de Fortaleza com atividades voltadas para a policultura agrícola que abastece esta capital, dentre as quais se destacam a cana-de-açúcar, a banana, o café e a avicultura. Possuía, no período, uma população, em média por município, de 18.500 habitantes e uma renda per capita anual que variava em torno de R\$ 310,00.

³⁷ Esta fábrica de confecções mantinha toda sua produção terceirizada em cooperativas de produção, sendo apenas o pessoal técnico, de supervisão e administrativo funcionários da empresa. De início começou produzindo calças jeans, posteriormente diversificou sua produção para camisas, bermudas, moletoms, shorts, saias e blusas. Atuava no mercado nacional e internacional, principalmente, como facionista para outras fábricas/marcas ou grandes cadeias de lojas que compravam a produção e a vendiam com etiqueta própria (Moreira, 1997).

O projeto efetivo de terceirização da produção em cooperativas foi idealizado pelo governo do Estado³⁸ do Ceará e começou a funcionar de fato em 1994, quando o grupo Taiwandês se propôs a assumir, em conjunto com o governo, a execução do projeto. O projeto envolvia parcerias com o governo do estado, quinze prefeituras e órgãos empresariais, como SEBRAE e SENAI, e chegou a ocupar cerca de 1800 trabalhadores, objetivando-se da seguinte forma: quinze cooperativas instaladas em galpões³⁹ nos municípios participantes situados num raio de 50 a 70 Km de Acarape⁴⁰ (município sede); cada cooperativa desmembrava-se em até três unidades localizadas em bairros ou distritos dos municípios, cada uma delas agrupando de 22 a 35 trabalhadores cooperadas (Moreira, 1997; Lima, 1998, 2001).

Para a formação e qualificação da força de trabalho para o trabalho nas cooperativas, uma vez que a população destes municípios não possuía nenhuma tradição com o trabalho fabril nem muito menos com o trabalho associado, foi construído um centro de treinamento em Acarape. Composto por um amplo salão que reproduzia uma fábrica de confecções e equipado com cerca de 150 máquinas de costura, salas para treinamento de mecânicos e pessoal da

³⁸O estatuto das cooperativas de forma padronizada foi organizado pelo Estado. Na organização das cooperativas pelas prefeituras juntavam-se 22 trabalhadores, escolhia-se a diretoria e o conselho fiscal. A seleção dos trabalhadores se dava de forma variada, difundida nos municípios pelo rádio e alto-falantes, organizada, em várias cidades, pela mulher do prefeito ou pelas secretarias de ação social. As presidentes e as vices, normalmente eram indicadas pela "primeira dama" que sugeria ao grupo nomes, com a informação que deveriam ser pessoas instruídas e que se relacionassem bem com o grupo. Inicialmente, estabeleceu-se a idade mínima de 18 anos e a máxima de 45, posteriormente, com a grande rotatividade dos cooperados, esse critério foi abandonado (Lima, 2001)

³⁹ Os galpões foram cedidos pelas prefeituras ou pelo governo do estado, adaptados ou construídos para esse fim com recursos do FAT e PROGER.

⁴⁰ Estavam envolvidas no projetos as prefeituras de 15 municípios da região: Acarape, Redenção, Baturité, Capistrano, Mulungu, Pacoti, Ocara, Guaiuba, Barreira, Aracoiaba, Itapiúna, Guaramiranga, Aratuba, Palmácia e Pacatuba. Sobre a instalação dessas cooperativas e seu desenvolvimento inicial ver Moreira (1997).

administração, a CTFC - Centro Tecnológico de Formação de Confeccionistas -, era gerenciado pela fábrica e o treinamento⁴¹ previsto era da duração de dois a três meses (média de 280 horas), a partir do qual os trabalhadores eram selecionados. No entanto, dependendo das necessidades da fábrica, poderia ser realizado em apenas dois dias, continuando ao longo do trabalho nas próprias cooperativas. O pagamento dos trabalhadores, no período de treinamento, ficou a cargo do governo do Estado, que garantia uma bolsa-salário de 50% do salário mínimo.

Além dos cursos destinados à formação técnica dos trabalhadores, o CTFC, através da OCEC – Organização das Cooperativas do Estado do Ceará -, oferecia por meio de palestras, um curso de cooperativismo com duração de 16 horas, onde os princípios do sistema eram explicados aos trabalhadores⁴².

Entretanto, como ressalta Lima (2001), no cotidiano do funcionamento das cooperativas, os princípios do cooperativismo diluíam-se numa organização do trabalho que em quase nada diferenciava-se de uma fábrica comum. Fato que era acentuado pela presença constante dos funcionários da empresa com o intuito de controlar o trabalho realizado, o que aumentava a identificação dos



⁴¹ "O treinamento não se limitava ao manuseio da máquina, mas incluía até a postura no trabalho, uma vez que as trabalhadoras não tinham, em grande parte, nenhuma experiência urbano-industrial, ou de trabalho coletivo. Além de aprender a utilizar as máquinas, tinham que adquirir uma cultura do trabalho decorrente do processo de proletarização por que estavam passando."(Lima,2001: 80)

⁴² É importante salientar que a maioria dos trabalhadores cooperativados eram mulheres sem experiência de trabalho anterior em fábricas ou mesmo fora de casa.

cooperativados com a fábrica, em detrimento da cooperativa, mais virtual que real.⁴³

Cada cooperativa possuía um presidente e um vice presidente, além de um conselho fiscal integrado por cinco associados. Como se organizavam em três unidades separadas espacialmente (em bairros ou distritos diferentes), com a presidência na sede do município, as demais unidades respondiam diretamente aos supervisores da fábrica. As normas disciplinares como cobrança de faltas, desligamentos, envolvimento no serviço etc., foram sugeridas pela empresa através da criação de um regimento interno de funcionamento das cooperativas, que era aplicado pelas direções das cooperativas. Este regimento ainda regulava as relações específicas dos departamentos financeiros, comercial e de produção. Como o ganho era por produção, faltas, indisciplinas e atrasos prejudicavam o grupo de associados, criando, assim, conflitos entre os cooperados.⁴⁴

O horário de trabalho era das 07:00 às 17:00 horas e se a produção estivesse alta, o trabalho poderia ser estendido até às dez da noite. Os pedidos da fábrica tinham que ser atendidos até a data estipulada, não importando o horário que deveriam trabalhar. Como os ganhos eram por produção, as horas extraordinárias incluíam-se na necessidade de atender aos pedidos. O pagamento

⁴³ Segundo os estudos de Lima (1997, 1998 e 2001) e Moreira (1997), esta situação ocasionou reuniões em várias unidades para explicar a diferença entre ser funcionário da fábrica e ser trabalhador associado na cooperativa.

⁴⁴ As faltas ou afastamentos deveriam ser comunicados para haver substituição. A substituição, ou reposição, poderia ser combinada entre trabalhadores para um fazer a parte do outro, ou mesmo em casos de necessidade reconhecida pelo grupo, este aceitava dar a produção do trabalhador ausente. Na inexistência de acordos, a ausência seria descontada – caso mais frequente relatado por Lima (2001) e Moreira (1997). Em afastamento por períodos maiores como no caso de gestantes, esta seria substituída e, conforme a demora da ausência e do retorno às atividades, poderia ser excluída da cooperativa.

era igual para todos os trabalhadores da cooperativa. O presidente ganhava um adicional mensal de R\$ 30,00 e o secretário e o tesoureiro R\$20,00. Em alguns casos, as despesas de energia elétrica eram pagas pela prefeitura. Quando estas se recusaram a continuar pagando, a fábrica passou a pagar e descontar da produção das cooperadas. Com os ganhos baixos e instáveis, raramente os trabalhadores recolhiam INSS, embora a fábrica tenha feito o registro dos trabalhadores como autônomos e se comprometido a recolher diretamente a contribuição, isto nunca chegou a acontecer (Moreira, 1997).

Para Lima (2001), este projeto significou, além do barateamento da produção de confecções, o que possibilitou a empresa condições de competir no mercado nacional pós-abertura comercial, a criação de uma demanda para a produção das máquinas de costura que o próprio grupo produzia.⁴⁵

Entretanto, mesmo com todos esses benefícios em seu favor, este projeto caracterizou-se por uma série de turbulências que podem ser atribuídas à política de estabilização econômica, mudanças na política de importações do governo

⁴⁵ O grupo abriu cooperativas em outros estados. O caso mais conhecido foi o de Rosário no Maranhão onde galpões foram construídos e máquinas instaladas mas quase nunca funcionaram. O escândalo de Rosário foi assim relatado pela imprensa: "A inauguração da fábrica de camisetas em Rosário-MA foi uma farsa, o presidente da República presente viu (toda a encenação) centenas de operários sentados em gabinetes com máquinas de costura industrial. Do que o presidente viu, restou apenas, pendências judiciais, uma fábrica em precárias condições de operação completamente parada, uma legião de cooperativados cheios de dívidas e muitos pontos de interrogação sobre o futuro. (eles ganharam R\$ 280,00 durante 9 meses e agora estavam desempregados, o projeto do "pólo industrial do Rosário prometia 4.300 empregos e produção anual de 15.000 camisetas)". (Folha de São Paulo, 28 de março de 1998). Ou ainda – "o pólo não conseguiu cumprir seu objetivo. Inaugurado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pela governadora Roseana Sarney em dezembro de 1996, o pólo de confecções instalado no município maranhense de Rosário está apenas engatinhando. Quando o presidente visitou a fábrica da KAO-I, do chinês Chai Kwo Cheng, Roseane anunciou que o projeto resultaria na criação de pelo menos 3600 postos de trabalho, através da organização dos trabalhadores em cooperativas de produção" "(...) A realidade é bem diferente: hoje a Cooperativa de Confecções de Rosário (Rosacoop) sobrevive com cerca de 530 cooperados trabalhando. Desde fevereiro de 1997, os trabalhadores decidiram se separar da KAO-I, devido ao não cumprimento dos contratos" "(...) a governadora não concorda com as críticas que seu governo cometeu um erro – o governo do Maranhão não deu recursos para o chinês, quem deu foi o Banco do Nordeste, nós financiamos a cooperativa dos trabalhadores" "(...) O chinês, que deu o pontapé inicial, nunca mais foi visto na cidade, mas lá todos afirmam

federal, a adequação da produção ao mercado nacional e à sua própria dimensão. Assim, em 1997, em meio a uma crise da fábrica, o grupo decidiu fechar as cooperativas distribuídas nos vários municípios e concentrá-las no prédio da unidade de confecções do grupo sediado em Acarape. A justificativa apresentada pela empresa foi de caráter logístico: o projeto superdimensionado envolvendo 15 municípios e seus respectivos distritos, começou a dar prejuízos operacionais, uma vez que algumas unidades ficavam até 70 km da sede. Para fazer frente aos custos, as unidades foram agrupadas na fábrica, mantendo o caráter de cooperativas agora em setores ou mesmo “células de produção na fábrica” que nada mais eram do que a separação física dos trabalhadores por cooperativa (Moreira, 1996; Lima, 2001).⁴⁶

A partir deste período, a empresa entrou em um processo de crise permanente, sendo obrigada, em 1998, a fechar todas as cooperativas. O BNB exigiu o pagamento das máquinas avaliadas às cooperativas e a empresa não pôde pagar. A juíza do trabalho de Baturité decidiu que havia uma evidente relação de assalariamento disfarçado entre a fábrica e a cooperativa, existindo fraude na relação de trabalho: mesmo prédio, funcionários da empresa e cooperativados, controle sobre a produção por funcionários da empresa entre outros elementos que descaracterizavam uma cooperativa. Deste modo, a juíza indiciou a empresa por trabalho assalariado disfarçado.

que se trata de um espertalhão, que conseguiu ludibriar a governadora e o presidente (...)” (Jornal do Brasil 16/08/1998).

⁴⁶ Com o fechamento das cooperativas nos municípios, diversas trabalhadoras entraram na justiça. A Pastoral Operária da Igreja Católica promoveu reuniões com ex-trabalhadoras, orientando-as a exigir direitos e a caracterização das cooperativas como trabalho assalariado disfarçado. A empresa tentou demover os

No rastro das cooperativas de confecção e também como resultado das políticas estaduais de atração de investimentos produtivos, a partir de 1995 começaram a instalar-se também no Ceará cooperativas de calçados, com a abertura de filiais de indústrias do sul do país no interior do estado. Entre estas, destacam-se as instaladas nos municípios de Itapajé, Canindé, Santa Quitéria, Itapipoca, Crateús e Queixeramobim, municípios situados no sertão central do Ceará e com uma economia voltada à agricultura de subsistência e à criação de pequenos animais, com produção comercial de castanha de caju e algodão de sequeiro.

Diferentemente da experiência do Pólo Confeccionista, as indústrias calçadistas que se instalaram terceirizando a produção em cooperativas⁴⁷, concentraram a produção em uma ou duas grandes unidades, utilizando entre 500 a 600 trabalhadores cada. Geralmente as empresas mantinham nas cidades apenas um galpão próprio, onde funcionava o almoxarifado, depósito e o escritório, ao lado do prédio da cooperativa.⁴⁸

Segundo Lima (2001),

trabalhadoras com conversa e promessas de um abono de R\$.30,00 para quem não entrasse na justiça - Mais de 100 ações judiciais contra a fábrica foram impetradas por ex-trabalhadoras das cooperativas.

⁴⁷ Em 1999, as cooperativas vinculadas a indústrias de calçados eram maioria em termos de ocupação de trabalhadores.

⁴⁸ Esse modelo, segundo o depoimento do ex-secretário da indústria do Ceará citado por Lima (2001), "seria uma evolução do anterior, da experiência do Maciço do Baturité com as cooperativas espalhadas por vários municípios. Se o primeiro modelo fracassou em vista das dificuldades de administrar todos os pontos de fabricação de confecção (15 cooperativas com três unidades cada, em média, equivalia a 45 pontos de fabricação, distribuição de material, controle do trabalho, etc), mesmo sendo a idéia considerada boa (produção não concentrada, menores custos com mão de obra, fixação dos trabalhadores nos locais de produção) sua operacionalização mostrou-se inviável. O segundo modelo, condensado, com as cooperativas trabalhando ao lado do centro de distribuição das fábricas, reduziu as distâncias com os produtores e o intervalo de distribuição do sistema, o que explicaria o êxito comparativo das cooperativas de calçados frente às cooperativas de confecções."

“Ao contrário das cooperativas de confecção, inicialmente atomizadas em várias pequenas unidades, as cooperativas de calçados, desde sua implantação em 1995, constituíram-se em grandes unidades” (Lima, 2001: 78)

Todas as empresas mantinham funcionários próprios, responsáveis pela supervisão e controle de qualidade. Os demais eram associados – os chamados “gaúchos” e “paulistas” que passaram a compor o cenário dessas cidades sertanejas, mais acostumadas a expulsar sua população do que receber migrantes. Efetivamente, esses funcionários dirigiam as cooperativas. Os presidentes e as diretorias eleitas pelas cooperativas no início de seu funcionamento possuíam um papel formal de intermediação entre os cooperativados e os funcionários da empresa. Seus conhecimentos de cooperativismo não diferiam muito daquele dos demais trabalhadores. Ficavam todavia, com o trabalho “sujo” - a aplicação das regras disciplinares no trabalho: controle de presença, atrasos, faltas, etc.

Embora sem um Centro de Treinamento específico, o governo do estado pagava, tal como nas cooperativas de confecções, uma bolsa mensal ⁴⁹ no valor de R\$60,00, pelo período de dois meses, para o treinamento dos trabalhadores. O recrutamento de trabalhadores passava pelo escritório das empresas, que encaminhavam os trabalhadores para as cooperativas.

Este segundo modelo das cooperativas de produção cearense, considerado pelos representantes do governo Estadual do Ceará como um avanço em relação

⁴⁹ Essa bolsa existia igualmente para fábricas com trabalhadores regulares em fase de instalação no estado.

ao modelo inicial do pólo de confecções de Baturité , foi o modelo que se disseminou por quase toda a região nordestina. Atualmente encontram-se cooperativas de produção criadas de forma induzida através da parceria entre Estados, municípios e empresas, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Maranhão etc. Este modelo tornou-se, portanto, um forma encontrada pelos governos de atrair investimentos e gerar emprego e renda onde eles quase não existiam e das empresas de rebaixar seus custos de produção por meio da redução dos custos com a força de trabalho, que se efetua pelo artifício do trabalho associado. Entretanto, o que podemos perceber pelos estudos de Lima (1997,1998, 2001) e Moreira (1997) é que o surgimento dessas cooperativas têm operacionalizado a criação de empregos precários – sem direitos e conquistas como o 13º salário, férias, FGTS etc. Portanto, tem se apresentado como uma forma de flexibilizar de fato as relações de trabalho no Brasil – exigência premente da nova fase em que se encontra o sistema capitalista -, o que por sua vez ocasiona uma maior desorganização da classe trabalhadora e uma maior precarização do trabalho de uma forma geral. Isto fica evidente nas palavras de um funcionário da parte administrativa de uma dessas cooperativas, citadas no trabalho pioneiro de Moreira (1997):

“A vantagem das cooperativas é a redução dos custos, visto que a empresa não precisa pagar encargos sociais aos cooperados. Na indústria de confecção, os custos com os encargos sociais são muito altos e aumentam substancialmente o preço do produto.

Com as cooperativas é diferente. Nossos custos são muito baixos”(Apud Moreira, 1997: 61).

Com efeito, o objetivo essencial da criação das cooperativas de produção Nordeste, como pode-se perceber pelo acima exposto, é a redução de custos através do artifício jurídico do trabalho cooperativo, que permiti a flexibilização de fato das relações de trabalho, diminuindo encargos e eliminando direitos conquistados ao longo da história do movimento operário.

No entanto, os trabalhos realizados por estes autores não buscaram perceber como e de que forma a criação destas cooperativas, em localidades sem tradição no trabalho fabril, tem sido captada pelos atores envolvidos neste fenômeno.

Capítulo 3

PUXINANÃ E SANTA CRUZ:

ESPECIFICIDADES E SEMELHANÇAS ESTRUTURAIS

Neste capítulo, comparamos duas cooperativas de produção criadas de forma induzida: a primeira situada no município de Puxinanã, no estado da Paraíba, e a segunda no município de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte. O objetivo é o de ressaltar os elementos comuns e os específicos dos processos de criação e do funcionamento (organização do trabalho e da produção) das cooperativas. Também analisamos as formas de percepção dos trabalhadores com relação ao trabalho nestas cooperativas, ou seja, como eles estão vivenciando esta experiência. A escolha desses dois casos em particular, para objeto de nossa análise, tem seu motivo principal na especificidade pela qual ambas as cooperativas foram criadas, afastando-se, a uma primeira vista, do modelo importado do estado do Ceará.

3.1. A Cooperarte – a cooperativa da mulher de Puxinanã¹

Antes de adentrarmos na análise da Cooperarte, instalada no município de Puxinanã, julgamos pertinente apresentar um breve panorama da evolução das políticas de atração de investimentos no estado da Paraíba. Em relação ao

¹ O município de Puxinanã está localizado a 30 km de Campina Grande, com uma população de 11.343 habitantes (onde 4.160 encontram-se na zona urbana e 5.741 na zona rural). A maior parte de sua população é composta por trabalhadores rurais e pequenos proprietários que vivem da agricultura de subsistência; com uma receita mensal em torno de R\$ 50,000, o município tem no FPM sua principal fonte de receitas.

estado do Ceará², a Paraíba entrou atrasada na política de desenvolvimento local, baseada principalmente na redução/isenção de impostos como forma de atração de investimentos. Isso fica evidente na medida em que, só oito anos depois do Ceará, a Paraíba passou a participar da já discutida guerra fiscal. No entanto, os principais fundamentos da política paraibana de atração de investimentos foram importados do modelo cearense. São eles: 1) seleção de ramos industriais a serem instalados; 2) atração de toda a cadeia produtiva do ramo e 3) redução do ICMS³ e empréstimos via “fundo de assistência à industrialização”. Além desses aspectos, a Paraíba⁴ também passou a oferecer a possibilidade de terceirização via criação de cooperativas como parte do pacote de incentivos.

A organização das cooperativas na Paraíba ficou a cargo da OCEPB (Organização das Cooperativas da Paraíba), fato que representou uma diferença em relação aos outros Estados onde esta organização participava apenas com cursos sobre o cooperativismo. A primeira cooperativa criada no estado se localizou na região metropolitana de João Pessoa e funcionava como faccionista de uma grande empresa de calçados do país. Constituída por três galpões (um onde funcionava o depósito e a parte administrativa e dois onde se processava a produção propriamente dita), a cooperativa foi criada em 1995 e chegou a empregar cerca de 650 trabalhadores, que realizavam as tarefas de acabamento

2 Como já foi demonstrado no capítulo anterior, o Ceará foi o pioneiro neste processo de criação de cooperativas de forma induzida com o intuito de atrair investimentos para o estado.

3 Se a empresa se localizasse em João Pessoa, teria uma redução de 60% no ICMS; se fosse para Campina Grande, 80%; e nos demais municípios, a redução seria de 100%. Essas reduções manter-se-iam por um período de 5 a 15 anos. Como se vê, há uma forte preocupação em atrair as empresas principalmente para o interior do estado, reforçando a tendência geral de interiorização discutida no capítulo anterior.

4 É importante salientar que a Paraíba foi a pioneira do desenvolvimento de um tipo específico de terceirização, os chamados “postos de serviços”. Sobre estes ver o trabalho de Lima (2001).

e embalagem dos calçados que, em sua maioria, eram exportados para os EUA⁵. Após esta primeira experiência, o modelo se disseminou por todo o estado: empresas locais que estavam em processo de reestruturação e empresas vindas de outras regiões passaram a utilizar o modelo. Para melhor visualizar a situação geral das cooperativas na Paraíba, apresentamos o quadro abaixo, indicando os municípios paraibanos que possuem cooperativas e as suas respectivas populações.

Quadro 1
Municípios paraibanos com cooperativas
ou projetos de instalação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
Campina Grande	344.730
Itabaiana	26.248
João Pessoa	549.363
Mamanguape	36.179
Massaranduba	11.828
Pocinhos	14.237
Puxinanã	11.343
Rio Tinto	24.138
Santa Rita	105.625

Fonte: IBGE, 2000.

Após a apresentação desse panorama, passamos a tratar mais especificamente da cooperativa de Puxinanã (Cooperarte), que teve sua criação a

⁵ Ver sobre esta experiência o trabalho de Buonfiglio (1998).

partir da iniciativa de uma empresária de Campina Grande, que mantinha, no município de Puxinanã, uma pequena unidade produtiva que fabricava roupas para crianças, camisetas e bermudas, vendidas por sacoleiras nos mercados da região, principalmente em Campina Grande. Esta unidade produtiva se constituía em um pequeno galpão, no qual trabalhavam 30 operários, em sua maioria mulheres. A empresária também era vista na cidade como uma espécie de benfeitora local⁶ e sua casa vivia cheia de pessoas que buscavam soluções para problemas cotidianos, compra de remédios, ajudas financeiras, emprego etc.

Com o objetivo de ampliar a sua atuação no município e contando com o apoio do governo municipal e estadual, a empresária resolveu transformar sua empresa em uma cooperativa. Após reuniões com os futuros cooperados e auxiliada pela OCEPB, a empresária fundou em março de 1996 a Coopearte⁷. Esta cooperativa começou a funcionar em um novo galpão cedido pela prefeitura, empregando cerca de 60 trabalhadores. A cooperativa nesse momento ainda produzia os mesmos produtos que a antiga empresa que lhe deu origem, apenas em uma escala maior. Em 1997, a empresária fez um empréstimo ao Banco do Nordeste e alugou mais um galpão e, com o intermédio do SEBRAE, estabeleceu seu primeiro contrato de faccionista com uma empresa de fabricação de materiais cirúrgicos de Campina Grande, a Salute⁸. A partir de então a cooperativa passou a trabalhar exclusivamente para a Salute. Todas as máquinas necessárias à realização do processo produtivo foram cedidas em comodato pela empresa

6 É importante ressaltar que a empresária foi candidata a prefeita nas últimas eleições municipais. Entretanto, não foi eleita.

7 Quando da fundação da cooperativa ficou estabelecida a cota de R\$20,00 da parte do capital de cada cooperado. Como as trabalhadoras não tinham esse dinheiro a empresária "integralizou" o capital.

8 Até o momento da pesquisa era a cliente exclusiva da cooperativa.

parceira, que também fornecia o pessoal responsável pela supervisão e controle de qualidade e os mecânicos.

No que diz respeito à organização da produção e do trabalho nesta cooperativa, observamos que a mesma era em si constituída por dois galpões, cada um medindo cerca de 300 m². Em cada um deles, trabalhavam 70 cooperados que realizavam as tarefas de corte, acabamento e embalagem. A gaze vinha em peças inteiras que eram cortadas para facilitar a costura das compressas, que eram esterilizadas e embaladas em saco plástico. O corte era realizado por quatro rapazes em dois turnos (os únicos trabalhadores homens da cooperativa). Os demais trabalhadores eram mulheres, em torno de 116 que atuavam nos setores de acabamento e embalagem. Apesar da divisão em grupos (os trabalhadores do setor de acabamento estavam divididos em grupos de oito), predominava uma organização do trabalho de base nitidamente taylorista, com supervisores (funcionários da fábrica contratante) que cronometravam tudo e determinavam o ritmo e a quantidade de produção⁹. A jornada de trabalho era organizada de acordo com a demanda – os pedidos da empresa contratante –, mas no geral era dividida em dois turnos, o primeiro das 06 00 às 13 horas e o segundo das 14 às 21 horas. A remuneração era por produção média de cada grupo, ficando o ganho mensal em torno de R\$ 35,00 a R\$ 70,00.00.

A cooperativa estava organizada em termos de estatutos que regiam o seu funcionamento e instituía as normas e condutas disciplinares, que privilegiava sempre a produção. Faltas e ausências, por exemplo, se não fossem

⁹ Além dos encarregados, os parentes da empresária (marido, filhos) ajudavam na administração da cooperativa.

compensadas todo o grupo perderia. A presidência da cooperativa era formalmente ocupada pela mãe da empresária, que tinha sob seu controle um conselho fiscal e administrativo que eram respectivamente dirigidos pelo marido e filho da empresária. Os fundos de reserva,¹⁰ até a data da pesquisa não haviam ainda sido observados. O argumento levantado pela empresária (que se constituía de fato na presidente/proprietária da cooperativa) para a não observância deste regulamento era o baixo retorno do investimento que só possibilitava honrar os compromissos com os seus credores, principalmente, o Banco do Nordeste onde esta retirou um empréstimo. Com relação às assembléias, desde a criação da cooperativa só tinha acontecido uma única assembléia, na qual foram ratificados os estatutos de funcionamento e empossada a presidente e os representantes dos conselhos fiscais e administrativos. A peculiaridade desta experiência que nos chamou mais atenção foi o fato de a cooperativa ser vista pelos trabalhadores como uma empresa familiar, que tinha como proprietária a empresária.

3.2 – A ACT e a Cooperativa de Santa Cruz¹¹

O Rio Grande do Norte, a exemplo dos outros estados do Nordeste, também incorporou em sua política de atração de investimentos a possibilidade de terceirizar a produção em cooperativas. Mas a primeira experiência com cooperativas surge a partir de uma associação comunitária que diversifica suas atividades e passa a mesclar programas sociais com projetos de geração renda. A

10 De acordo com a Lei 5.764, art.28, Alínea I, as cooperativas são obrigadas a constituir um fundo de reserva o qual é formado, no mínimo, por 10% do valor das sobras líquidas do exercício.

11 O município de Santa Cruz está localizado a 120 km de Natal (capital do RN), com uma população de 31.260 habitantes (onde 25.578 encontram-se na zona urbana e 5.682 na zona rural). Tem uma economia

exemplo dos outros estados da região, este modelo proliferou por muitos municípios do Rio Grande do Norte. No quadro abaixo, podemos observar os municípios deste estado que possuem cooperativas assim como suas respectivas populações.

A ACT (Associação Comunitária do Vale do Traíri) foi criada em 1986 por um grupo político estadual, tendo como objetivo central a realização de trabalhos

Quadro 2
Municípios do Rio Grande do Norte com
cooperativas ou projetos de instalação

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
Acari	11.182
Arês	11.323
Caicó	56.886
Espírito Santo	10.711
Lagoa Nova	12.053
Parnamirim	124.700
São Miguel	20.120
Serrinha	7.346
Santa Cruz	31.260

Fonte: IBGE, 2000.

assistenciais às populações carentes da região. Possuindo uma estrutura administrativa moderna com várias parcerias e diversos programas como “Cidadão do amanhã”, que compreende pré-escola e ensino fundamental de jovens e adultos, “Programa do Leite” e os projetos de geração de renda¹², a ACT passou a ser vista como exemplo a ser seguido por outros municípios. Todos os

voltada para agricultura de subsistência e atividades terciárias, principalmente o comércio. Possui uma receita mensal em torno de R\$ 640.000,00 oriunda principalmente do ICMS e do FPM.

seus programas atendiam, em 1998, segundo relatório de atividades da própria ACT, cerca de 5.000 pessoas.

Com o objetivo de tornar seus programas assistenciais autônomos em relação às verbas públicas, a ACT resolveu, em 1997, reformular seu projeto de geração de renda. Através de um contrato de prestação de serviços com uma grande empresa de confecções, que mantinha duas grandes unidades produtivas no estado e que estava em processo de reestruturação, e do apoio do governo estadual e municipal, a ACT transformou a antiga unidade produtiva de fardamentos em uma cooperativa, que passou a funcionar em dois galpões ocupando cerca de 230 trabalhadores na produção de camisetas e camisas planas.

A cooperativa estava organizada em dois grandes galpões (um de propriedade da ACT e outro cedido pelo governo do estado), cada galpão era ocupado por cerca de 120 trabalhadores que estavam organizados em 10 ilhas (grupos), cada uma compostas por 10 trabalhadores que realizavam as tarefas de costura e acabamento - as tarefas limitavam-se a costura dos ombros, bainhas, mangas e fraldas. Ao lado de cada grupo existia uma tabela na qual era anotada a produção do grupo e comparada com a produção dos demais. Além disso, um quadro geral na parede de fundo do prédio determinava a meta diária de produção. Todo material necessário à produção era fornecido pela empresa contratante, que também cedeu as máquinas em comodato para a cooperativa. A jornada de trabalho era organizada de acordo com as encomendas, mas, no geral,

12 Este último compreendia uma unidade produtiva que empregava cerca de 80 trabalhadores na fabricação de fardamentos para a indústria.

era dividida em três turnos, o primeiro de 06:00 as 10:00, o segundo das 12:00 as 16:00 e o terceiro das 18: as 22:00. Cada turno possuía um supervisor (funcionário da empresa contratante) que era responsável pelo controle de qualidade e pela produtividade dos grupos. Além desses supervisores, também existiam monitores que acompanhavam o trabalho e prestavam apoio técnico às costureiras. A remuneração dos trabalhadores era por produção média do grupo, variando mensalmente entre R\$ 20,00 e R\$ 50,00.

De uma forma geral, a cooperativa estava organizada legalmente em termos jurídicos institucionais, possuindo uma presidência (que era ocupada por um funcionário administrativo da ACT) e um conselho fiscal e administrativo sob o controle da presidência (também ocupados por funcionários da ACT). Possuía ainda estatutos que regulamentavam as normas disciplinares e de conduta, como faltas, abandono, remuneração etc. Os fundos de reservas, até a data da pesquisa, não tinha sido recolhidos em nem um ano. O motivo alegado foi o baixo retorno do empreendimento. As assembléias, apesar de haver uma periodicidade em sua existência, limitava-se a discutir assuntos que não interferiam diretamente na direção e nos rumos da cooperativa¹³. É importante destacar também que a empresa contratante determinava praticamente tudo dentro da cooperativa, desde o tipo de instalação física necessária à produção até a organização do processo produtivo e das relações de trabalho.

3.3 Comparação das duas cooperativas

Após esta breve descrição dos processos de criação e funcionamento das duas cooperativas, partimos agora para uma abordagem mais analítica de ambas, onde procuraremos ressaltar seus pontos comuns e específicos.

3.3.1 – Aspectos da criação e organização

As duas cooperativas tiveram processos de criação diferenciados, a primeira teve sua origem a partir do empreimentismo de uma empresária que tinha como objetivo ampliar o leque de negócios de sua empresa, enquanto a segunda foi fruto da conciliação dos interesses de um grupo político local com os de uma grande empresa que estava em processo de reestruturação de seu processo produtivo. Entretanto, o que a tabela 1¹⁴ nos mostra é que mesmo tendo esta diferença em relação aos processos de criação – o que nos faz perceber os motivos principais para sua criação – os responsáveis pelas duas cooperativas ressaltaram como objetivos centrais para sua criação a possibilidade de o empreendimento gerar emprego e renda nas localidades onde estavam sendo instaladas, melhorando, assim, as condições de vida dos habitantes dessas localidades. Este discurso está em sintonia com o discurso dos governos estaduais dos dois estados (Paraíba e Rio Grande do Norte), que vêem este empreendimento como uma possibilidade de atrair investimentos, dinamizando a economia local. Portanto, o que percebemos é que há, no plano do discurso, uma

13 Os assuntos discutidos nas assembléias, quando estas se realizavam, se restringiam a problemas específicos de ordem disciplinar, principalmente o relativo as penas aplicadas aqueles que faltavam ao trabalho e a forma de suprir a ausência e dividir os ganhos do dia daquele que faltou.

convergência entre ambas as cooperativas no tocante aos motivos alegados para sua criação, fato que “cai por terra” quando descemos à realidade empírica, onde percebemos diferenças marcantes com relação a estas motivações básicas. Mas o que é importante ressaltar é que apesar de ambas as cooperativas apresentarem processos de criação efetivamente distintos, o discurso alegado para respaldar o empreendimento é idêntico nas duas cooperativas e está de acordo com o discurso mais geral sobre o fenômeno, ou seja, que ele é uma oportunidade de gerar emprego e renda e um forte instrumento de atração de investimentos.

Em relação ao funcionamento e organização das duas cooperativas, observamos na tabela 1, que ambas sofrem influência externa no seu funcionamento, isto é, que existe uma ingerência por parte da empresa contratante dos serviços das cooperativas. Esta influência, como descrevemos anteriormente, vai desde a presença de supervisores no local de produção até a determinação do como, do quê e da quantidade da produção.

Este aspecto do funcionamento de ambas as cooperativas deixa evidente a falta de autonomia da cooperativa para decidir sobre seus assuntos internos. Outro elemento importante que concorre para reforçar esta heteronomia e que rompe com outro princípio básico do ideário cooperativista – a gestão democrática baseada na soberania da assembléia onde cada cooperado tem direito a um voto independente do montante de capital que possua – é a ausência quase que total de assembléias, estas quando existem só discutem assuntos que

14 Os dados das tabelas aqui apresentados são frutos de pesquisa direta nas duas cooperativas e mesclam análises de documentos e entrevistas aplicadas.

não dizem respeito diretamente ao funcionamento do processo de produção nem aos interesses/rumos da cooperativa, servindo mais para incutir entre os trabalhadores um sentimento de competitividade e concorrência¹⁵ do que para criar um espírito de participação e comprometimento com o coletivo.

Tabela 1
Aspectos da criação e organização das duas cooperativas

ASPECTOS	COOPERATIVAS	
	Puxinanã	Santa Cruz
1. Motivo básico alegado para criação		
gerar oportunidades de emprego e renda	X	X
conservar fonte de ocupação e renda após a falência		
2. Participação externa na criação		
sim	X	X
não		
3. Influência externa na gestão		
sim	X	X
não		
4. Frequência de assembleias		
mensal		
semestral ou superior		X
irregular	X	
5. Questões discutidas nas assembleias		
relativas ao funcionamento e organização do trabalho e da produção		
relativas a assuntos secundários	X	X
6. Reservas financeiras		
sim		
não	X	X

Fonte: Pesquisa Direta

¹⁵ Na cooperativa de Santa Cruz onde as assembleias aconteciam com uma certa regularidade, um dos principais assuntos discutidos nelas era o que fazer com a remuneração dos trabalhadores faltosos, a decisão

A tabela 1 também nos oferece um outro elemento significativo do funcionamento das duas cooperativas, e que as distanciam ainda mais do ideário cooperativista: o fato de que nenhuma das duas ter efetuado o recolhimento de fundos de reserva, norma que é prevista na Lei 5.764, art 28, alínea I da legislação cooperativista. O motivo alegado em ambas as cooperativas para a não observação dessa Lei foi o baixo retorno do empreendimento.

Com relação ao capital fixo (instalações e maquinário) das cooperativas, o que percebemos na tabela 2 é que, nas duas cooperativas, as instalações foram cedidas pelo governo estadual ou municipal, fato que reforça a presença do poder público como um dos principais atores responsáveis pelo desenvolvimento deste fenômeno. O maquinário necessário à realização do processo produtivo foi cedido em comodato pela empresa contratante nas duas cooperativas, aspecto que concorre também para a perda de autonomia da cooperativa.

No que diz respeito às atividades produtivas realizadas nas duas cooperativas, mesmo sendo de ramos industriais diferentes (confecção e produtos cirúrgicos), ambas realizavam tarefas similares – acabamento, costura e embalagem – como a tabela 2 evidencia. Além disso, as cooperativas tinham como clientes exclusivas às empresas que transferiam parte de sua produção, ou seja, as empresas que recorriam à terceirização.

era, na maioria das vezes, em favor da divisão do montante relativo aos faltosos entre aqueles que não faltaram ao trabalho.

Tabela 2
Patrimônio e atividades

ASPECTOS	COOPERATIVAS	
	Puxinanã	Santa Cruz
1. Instalações		
própria		
alugada ou cedida pelo município	X	X
2. Maquinário		
totalmente próprio		
total ou parcialmente emprestado ou cedido pelo município	X	X
3. Principais atividades realizadas		
corte	X	
costura	X	X
modelagem		X
acabamento	X	X
embalagem	X	X
4. Clientes		
empresas industriais que transferem produção	X	X
empresas comerciais e outras que encomendam produtos		
consumidores		

Fonte: Pesquisa Direta

As relações entre as cooperativas e as empresas contratantes de seus serviços são um outro elemento importante a ser ressaltado. Nas duas cooperativas, a relação se dava de forma direta, ou seja, não existiam intermediários entre a cooperativa e a empresa, os materiais necessários ao processo produtivo eram repassados pela empresa contratante que no final recolhia a produção. A empresa contratante, como demonstra a tabela 3, é a que decidia os prazos de entrega dos pedidos¹⁶, aspecto que vem reforçar o caráter heterônimo da cooperativa.

¹⁶ É importante reforçar que além dos prazos de entrega a empresa contratante também determinava a organização da produção e as relações de trabalho.

Tabela 3
Características dos vínculos com as empresas contratantes

ASPECTOS	COOPERATIVAS	
	Puxinanã	Santa Cruz
1. Relação entre as cooperativas e as empresas		
direta	X	X
indireta		
2. Organização do fluxo de materiais e produtos		
cooperativa pega material na empresa e entrega a produção		
empresa repassa o material e recolhe o produto	X	X
3. Materiais distribuídos pela empresas		
peças cortadas	X	X
materiais como linha, agulha, embalagem etc.		
4. Definição dos prazos de entrega		
pela empresa contratante	X	X
pela cooperativa		
definição conjunta		
5. Regularidade nas encomendas das empresas		
sim	X	X
não		
6. Interferência das empresas nas atividades das cooperativas		
sim	X	X
não		

Fonte: Pesquisa Direta

Como observamos, as duas cooperativas aqui analisadas possuem mais semelhanças do que diferenças, e estas semelhanças diz respeito, principalmente, as suas formas de organização da produção e do trabalho e ao seu relacionamento com as empresas contratantes de seus serviços, aproximando-se bastante do modelo que vem sendo importado do Ceará, mesmo que efetivamente ambas tenham passado por processos específicos de criação. As duas cooperativas, como a análise demonstra, negam quase todos os princípios básicos do ideário cooperativista – adesão voluntária, autonomia, gestão

democrática, repartição equânime dos lucros e educação política. Desta forma, elas não representam uma alternativa de autonomia e de liberdade para os trabalhadores e não podem sequer ser denominadas de cooperativas¹⁷.

No entanto, estas cooperativas vêm gerando empregos e renda. Mesmo que estes sejam precários – com ausência de direitos trabalhistas como, férias, 13º salário, FGTS, seguro maternidade etc. – e as rendas não cheguem a um salário mínimo, elas têm representado uma possibilidade de melhoria econômica para muitas famílias das localidades onde estão sendo instaladas. Mas, é preciso ter claro que apesar do discurso que ratifica esta situação, essas cooperativas vêm representando a oportunidade de empresas da região ou de outras regiões de minimizarem seus custos de produção via rebaixamento dos custos de mão de obra, oferecidos pelo artifício da terceirização via cooperativas. Assim, cria-se um emprego local precário provavelmente em detrimento de vagas (com direitos trabalhistas reconhecidos) na própria região e em outras regiões do país.

Além disso, a emergência dessas cooperativas em localidades sem nenhuma tradição com o trabalho fabril, muito menos cooperativo, tem trazido sérias modificações para aqueles que estão diretamente envolvidos no processo, os trabalhadores. No próximo item deste capítulo, buscaremos descrever os trabalhadores dessas cooperativas, quem são, como vivem e quais suas percepções sobre o trabalho na cooperativa.

17 Essas cooperativas vêm sendo denominadas de “cooperfraude” ou “gato-cooperativa”.

3.4 – Os trabalhadores das cooperativas

3.4.1 - A formação de um novo proletariado

Conforme Sassen (1998), a incorporação de novos territórios à economia na fase de globalização revela uma nova proletarização, representada pela incorporação de trabalhadores ocupados em atividades de subsistência, em sua maioria relações pré-capitalistas, em atividades fabris resultantes da realocização da atividade produtiva em termos globais e regionais. Esses novos trabalhadores se caracterizam pela baixa escolaridade e quase total ausência da qualificação necessária à realização do trabalho fabril, estando vinculados a empresas de trabalho intensivo e relações de trabalho precárias que, em sua maioria, são empresas terceirizadas, integrantes de redes empresariais, voltadas a processos de trabalho tradicionais e com baixa taxa de inovações tecnológicas.

Portanto, a obtenção de menores custos de produção para estas empresas estaria diretamente relacionada com a utilização da mão de obra barata em áreas de baixa atividade sindical e sem grandes entraves legais a uma maior exploração – digna dos primeiros anos do sistema capitalista industrial –, ou, nos casos aqui estudados, com a utilização de artifícios de rebaixamento de custos com os trabalhadores através da utilização de formas alternativas de organização do trabalho, como as cooperativas.

No Nordeste, o novo proletariado em formação com a nova fase da industrialização regional é formado por trabalhadores que circulam entre

cooperativas e unidades industriais instaladas ou em instalação na região. A expansão industrial, em suas distintas formas – unidades fabris, empresas terceirizadas, cooperativas – tem significado a inclusão de partes da população, que viviam em uma economia de subsistência, à produção capitalista e ao consumo a partir de ganhos monetários, relativamente, regulares. Todavia, a inclusão insere-se num contexto de flexibilização da produção e das relações de trabalho o que resulta em formas precarizadas de assalariamento, com direitos restritos ou sem direito algum, como o trabalho nas cooperativas.

Outro elemento a considerar é que os novos territórios onde ocorre essa nova proletarização não são resultados do aumento da classe operária industrial, mas da transferência de unidades fabris para outras regiões, desindustrializando, como já dito, áreas tradicionais que são reestruturadas, passando a concentrar serviços de empresas na própria região que, em busca de reduzir seus custos, fecham postos de trabalho e passam a trabalhar por meio da terceirização.

Isso posto, passamos à caracterização dos trabalhadores das cooperativas estudadas, buscando mostrar quem eram, que faziam, quais suas condições de vida, sua percepção do trabalho nas duas cooperativas. Esta caracterização foi feita a partir de entrevistas e questionários aplicados junto aos trabalhadores.

3.4.2 Os trabalhadores das cooperativas

Nas duas cooperativas aqui estudadas, as mulheres representavam a maioria dos trabalhadores¹⁸ - do total dos trabalhadores entrevistados cerca de

¹⁸ Em Puxinanã do total de 140 trabalhadores apenas 8 eram homens, fato semelhante ocorria em Santa Cruz que do total de trabalhadores (230) apenas 20 eram homens.

82% eram mulheres e apenas 18% eram homens (ver tabela 4). Essas mulheres eram, em sua maioria, jovens entre 17 e 25 anos, mas a questão da idade era variável nas duas cooperativas estudadas¹⁹. Em geral, não possuíam experiência anterior de trabalho fabril ou mesmo de trabalho formal. As que tinham trabalhado antes, eram funcionárias da prefeitura, trabalhadoras do comércio, ou estavam, assim como os homens, em ocupações vinculadas ao chamado setor informal: prestadores de serviços, vendedores ambulantes, trabalhadores na construção civil etc. Em sua maioria foram levadas a trabalhar nas cooperativas atraídas pelas promessas de ganhos monetários regulares, o que inexistia anteriormente (ver

Tabela 4
Ocupação anterior do (as) trabalhadores (as) nas cooperativas

OCUPAÇÃO ANTERIOR	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nunca trabalhou antes/estudava	17	56,7	13	43,3	30	50,0
Dona de casa	-	-	11	36,7	11	18,3
Costureira/bordadeira	-	-	1	3,3	1	1,7
Trabalhava no comércio/ambulante	1	3,3	-	-	1	1,7
Bicos - Construção civil	1	3,3	2	6,7	3	5,0
Professoras, trabalhava em escritório, atendente, técnico eletricitista e funcionários da prefeitura	11	36,7	1	3,3	12	20,0
Operários/fábrica	-	-	1	3,3	1	1,7
Trabalhador (a) rural	-	-	1	0,3	1	1,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta
tabela 5).

¹⁹ Havia em ambas as cooperativas, trabalhadores tanto com menos de 17 anos como com mais de 25.

Tabela 5
Sexo dos trabalhadores (as)

SEXO	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	8	26,7	3	10,0	11	18,3
Feminino	22	73,3	27	90,0	49	81,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

A predominância do sexo feminino pode ser explicada pela existência de uma concepção de que a mulher possui uma habilidade “natural” para o trabalho de costura, (principal tarefa realizada nas duas cooperativas aqui estudadas). Esta idéia perpassa o discurso empresarial presente nessas “cooperativas”, estando generalizado na sociedade²⁰. Dessa forma, as trabalhadoras são percebidas de duas formas: pelas suas habilidades naturais na costura, uma qualidade feminina por excelência; e a outra, mais adequada a esse tipo de cooperativa, é o fato de, em sua maioria (68%) serem donas de casa ou mulheres que nunca trabalharam.

²⁰ Um dos motivos alegados para a maciça preponderância das mulheres nas cooperativas era o fato de que elas tinham uma aptidão maior para a costura, algo quase intrínseco a sua natureza feminina, sem mencionar o fato do preconceito, que era muito grande na região, referente ao trabalho masculino neste tipo de tarefa. Sobre a “naturalidade” do trabalho de costura atribuído às mulheres ver Abreu e Sorj (1993). Outro motivo alegado pelas direções/supervisões das cooperativas, em relação à não utilização do trabalho masculino, foi que estes reclamariam mais, as mulheres seriam mais dóceis, portanto mais adequadas ao trabalho. Essa docilidade, entretanto, não existe nas cooperativas. Durante o funcionamento das cooperativas do Maciço do Baturité, as mulheres levaram adiante reclamações trabalhistas, greves contra o pagamento por peça e reivindicações junto às prefeituras com o fechamento de unidades, ver sobre Moreira, 1997.

Assim, são eliminados os problemas quando não ganham, pois não “ganhavam nada antes”²¹.

As mulheres se constituíam, dessa forma, no trabalhador ideal para esse tipo de empreendimento, por possibilitar, para as empresas contratantes dos serviços, uma economia significativa nos períodos de sazonalidade da produção. É o trabalhador temporário por excelência, ou seja, trabalha apenas quando a empresa contratante necessita. Assim, não é mais necessário manter todos os trabalhadores em momentos de baixa produção, só nos períodos quando a produção aumenta. Verdadeiro “negócio da china”, como se referiu ao empreendimento um dos responsáveis por uma das cooperativas aqui estudadas.

Com relação à escolaridade (ver tabela 6), embora percebamos uma maior ocorrência de trabalhadores com 1º grau incompleto (41%) , é significativa a porcentagem daqueles que possuíam 1º grau completo (23,3%) e mesmo 2º grau completo (8,3%) , porcentagens estas relativamente altas se considerarmos o grau de analfabetismo da região, de (60%) segundo o IBGE (no Brasil a taxa cai para a metade 30%). Isto pode ser atribuído ao fato de a maioria dos trabalhadores das cooperativas ser mulher, que no geral nestas regiões, permanece mais tempo na escola.

21 Declaração da empresária que “organizou” a cooperativa de Puxinanã.

Tabela 6
Escolaridade dos trabalhadores (as)

GRAU DE ESCOLARIDADE	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º grau incompleto	10	33,3	15	50,0	25	41,7
1º grau completo	11	36,7	3	10,0	14	23,3
2º grau incompleto	8	26,7	8	26,7	16	26,7
2º grau completo	1	3,3	4	13,3	5	8,3
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Mieli (1992) demonstrou, em pesquisa com lideranças rurais no interior da Paraíba, a predominância das mulheres em cargos de liderança nos sindicatos, explicando esse fenômeno pela maior escolaridade das trabalhadoras. Enquanto os meninos iam logo para o trabalho ajudar os pais, as meninas permaneciam mais tempo na escola e, portanto, teriam maior presença nas atividades burocráticas, em cargos públicos e no setor terciário, que exigiam maior alfabetização.

No conjunto, temos a predominância da origem urbana da força de trabalho, ocupada anteriormente ou em atividades no setor público, ou terciário, ou “em casa”, ou “estudando”.

Como a qualificação exigida no trabalho limitava-se à habilidade no manuseio de máquinas, no seu conjunto, tarefas repetitivas em máquinas de costuras industriais sem nenhum avanço tecnológico significativo, a organização do trabalho era tradicional, de base nitidamente taylorista com algumas variações, como trabalho em grupo (pretensamente toyotista) e pagamento por peças

produzidas (pré-taylorista), e hierarquia mínima: operadores de máquinas (costureiras), mecânicos, supervisores (das empresas e/ou das cooperativas).

Poucos trabalhadores tinham conhecimento anterior de costura (1,7% - ver tabela 5), tendo aprendido através do treinamento oferecido pelas prefeituras, pela cooperativa ou pela empresa contratante. As duas cooperativas selecionadas refletiam políticas distintas com relação ao treinamento/qualificação da mão de obra.²² Conforme observamos na tabela 7, em Santa Cruz, todos os trabalhadores entrevistados tinham passado por um treinamento de duração de um mês, onde aprendiam as atividades que realizariam na cooperativa e as normas disciplinares para o "bom" funcionamento da mesma. Este treinamento era realizado no CTC (centro de treinamento de confeccionistas), que foi construído pela prefeitura em parceria com a ACT e a empresa contratante dos serviços da cooperativa. Na cooperativa de Puxinanã, o treinamento se dava no próprio local da produção e durava em média de 5 a 15 dias.

²² Deve ser ressaltado que os governos estaduais mantinham "bolsas" totais ou parciais no período de treinamento.

Tabela 7
Tempo de treinamento em cooperativas selecionadas

TEMPO DE TREINAMENTO	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
60 dias	-	-	-	-	-	-
30 dias	-	-	30,0	100,0	30	50,0
15 dias	12	40,0	-	-	12	20,0
5 dias ou menos	18	60,0	-	-	18	30,0
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Com relação à renda mensal dos trabalhadores, 97% dos entrevistados recebiam menos que um salário mínimo sem nenhum direito trabalhista (ver tabela 8). Este fato vem a reforçar o caráter de extrema precariedade dos postos de trabalhos abertos por estas cooperativas e o alto grau de exploração da força de trabalho nela empregada. Este aspecto torna visível também o porquê da sua procura pelas empresas como forma de terceirizar a produção. Com efeito, seu principal atrativo está no custo baixíssimo da força de trabalho e na desobrigação total para com esta por parte das empresas.

Tabela 8
Renda mensal dos trabalhadores (as)

RENDA MENSAL	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 1 salário mínimo	30	100,0	28	93,3	58	96,7
De 1 a 2	-	-	2	6,67	2	3,3
De 2 a 3	-	-	-	-	-	-
De 3 a 5	-	-	-	-	-	-
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

É importante indicar também que, conforme nos mostra a tabela 9, a maioria dos entrevistados (85%) morava em casa própria com o marido/esposa ou com os pais/parentes.

Tabela 9
Pessoas que moravam na casa dos trabalhadores (as)

PESSOAS QUE MORAVAM NA CASA	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Marido e esposa	5	16,7	-	-	5	8,3
Marido, esposa e filhos	6	20,0	12	40,0	18	30,0
Filhos	1	3,3	2	6,7	3	5,0
Pais, parentes e agregados	18	60,0	15	50,0	33	55,0
Mães e filhos	-	-	1	3,3	1	1,7
Maridos, esposa, filhos e pais	-	-	-	-	-	-
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

A renda familiar variava, em média, de um a dois salários mínimos, quando os trabalhadores estão ocupados e possuem marido/esposa empregados. Observamos ainda que os parentes e agregados representavam 37% da contribuição familiar (ver tabela 10).

Tabela 10
Pessoas que contribuíaam no orçamento

PESSOAS QUE CONTRIBUÍAM NO ORÇAMENTO	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Marido (barbeiro, marchante, pedreiro, servente, biscateiro, taxista, oleiro, soldado, vigia, feirante)	11	36,7	4	13,3	15	25,0
Marido/mulher que trabalham na cooperativa	-	-	2	6,7	2	3,3
Mulher bordadeira	-	-	-	-	0	0,0
Mulher dona de casa	-	-	1	3,3	1	1,7
Trabalhador (a) é o único (a) que trabalha	5	16,7	8	26,7	13	21,7
Mães e filhos	1	3,3	2	6,7	3	5,0
Parentes agregados e pais	13	43,3	9	30,0	22	36,7
Filhos	-	-	3	10,0	3	5,0
Marido, mulher e filhos	-	-	1	0,3	1	1,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Em relação ao tempo de trabalho dos entrevistados (ver tabela 11) nas cooperativas analisadas, percebemos que, no geral, existe uma maior parcela de trabalhadores com mais de dois anos de permanência (31,7%). Entretanto, a diferença é muito pequena para aqueles que possuíam uma experiência de menos de dois anos, conforme observado na tabela 11. Notamos ainda uma diferença entre as duas cooperativas: em Santa Cruz, 40% dos trabalhadores entrevistados possuíam de três a seis meses de tempo de trabalho na cooperativa, o que

significa que nesta cooperativa havia uma alta taxa de rotatividade da mão de obra, o que não acontecia em Puxinanã, onde 70% tinha mais de um ano de trabalho na cooperativa.

Tabela 11
Percepção dos trabalhadores (as) sobre as condições de trabalho

PERCEPÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Boas	10	33,3	17	56,7	27	45,0
Regulares (trabalho intenso, sem ventilação, barulho excessivo, atraso no pagamento)	19	63,3	10	33,3	29	48,3
Ruins	1	3,3	3	10,0	4	6,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

No tocante à percepção dos trabalhadores com relação às condições de trabalho nas cooperativas (ver tabela 12), suas reclamações mais constantes diziam respeito às condições físicas das cooperativas, à rigidez das normas disciplinares, principalmente as referentes às faltas e à ausência de regularidade quanto aos pagamentos. Assim, boa parte dos trabalhadores (48%) queixava-se das condições dos prédios que não ofereciam o menor conforto (quentes e sem ventilação) e dos atrasos no pagamento. Entretanto, um número significativo de trabalhadores em ambas as cooperativas (33,3% em Puxinanã e 56,7% em Santa Cruz) não reclamaram de nenhum aspecto relacionado com as instalações nem com as irregularidades do pagamento. O fato de uma parcela maior de trabalhadores em Santa Cruz não terem queixas sobre as condições de trabalho pode ser entendido pela melhor condição dos prédios, novos e mais ventilados,

além da escola e das atividades para as crianças, do ônibus e da refeição (sopão), vinculados ao projeto social da ACT. Em Puxinanã a situação era diferente, pois inexistia qualquer atividade de assistência ao trabalhador.

Tabela 12
Percepção dos trabalhadores (as) sobre quem controlava/gerenciava o trabalho

PERCEPÇÃO SOBRE O CONTROLE DO TRABALHO	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Instrutora da fábrica e instrutora da cooperativa	6	20,0	0	0,0	6	10,0
Supervisor/coordenador/diretor da cooperativa	12	40,0	30	100,0	42	70,0
Supervisor da fábrica	12	40,0	0	0,0	12	20,0
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

As direções das cooperativas eram as responsáveis pela resolução dos eventuais problemas encontrados pelos trabalhadores no desempenho de suas atividades nas cooperativas. A disciplina era exercida, em geral, por funcionários das empresas contratantes dos serviços das cooperativas. Havia resistências dos trabalhadores contra essas normas, que eram apontadas pelas empresas como um dos problemas do modelo. Como já ressaltado anteriormente, as normas com relação às faltas se constituíram em uma das principais reclamações levantadas pelos trabalhadores. Em Santa Cruz, por exemplo, onde estas normas são bem mais rígidas do que em Puxinanã, se um trabalhador faltar ao trabalho por motivos de saúde, ele deve ir ao médico e receber uma licença, de acordo com o problema diagnosticado. A administração tem a instrução de descontar a metade de um dia de trabalho, para um trabalhador que recebeu uma licença de um dia; um dia de

trabalho, para aquele que recebeu do médico uma licença de dois dias e assim por diante.²³ Os trabalhadores entrevistados acham que esta norma²⁴ é muito injusta e nega-lhes o direito legítimo de descanso, quando estiverem doentes. Além do que, esta norma aparece claramente como uma punição, que tem por objetivo intimidar os trabalhadores e fazer com que eles trabalhem mesmo estando doentes. Alguns trabalhadores relataram como os descontos são realizados:

“a gente se reúne e decide o desconto que vai ser feito no salário daquela pessoa que faltou. Por exemplo, se a pessoa foi para o médico e o médico lhe dá uma licença, aqui uma licença de um dia só vale meio, de dois só vale um. Eu acho isso errado, mas foi o pessoal da gerência que fez essa regra. Então, a gente decide sobre estas coisa (...)”

“se um trabalhador faltar três dias de trabalho por mês ele perde duas semanas de trabalho [remuneração] e fica sujeito a ser expulso da cooperativa. Assim, nas reuniões a gente decide o que vai fazer com relação ao desconto do salário daquele que faltou. É apenas isto que temos a oportunidade de decidir aqui. As decisões mais importantes eles [a gerência] é que fazem”²⁵

Na íntegra, os critérios de faltas eram os seguintes:

23 Em Puxinanã havia a possibilidade de reposições dos dias faltados, tanto pelo trabalhador ausente quanto pelo grupo.

24 De acordo com um representante de uma das cooperativas aqui estudadas, o motivo para a existência de tal “norma disciplinar” é a ocorrência muito grande do número de faltas ao trabalho, fato que se constituiu em um problema sério na cooperativa.

“1ª falta – perde um dia de remuneração mais multa de 20%

2ª falta – perde dois dias de remuneração mais multa de 30%

3ª falta – perde três dias de remuneração mais multa de 50% e fica sujeito a exclusão.

Os descontos por faltas e suas respectivas multas serão rateados pelos trabalhadores não faltosos, no final do mês”²⁶

Fica evidente, portanto, como são aplicadas as normas com relação às faltas e para que servem as reuniões e o que é discutido nelas, ou seja, servem basicamente para incutir entre os trabalhadores um clima de discórdia e rivalidade, jogando-os uns contra os outros, pois estes só decidem sobre a aplicação de normas e regulamentos os quais lhes foram impostos e que lhes são, no conjunto, extremamente prejudiciais.

Com relação a jornada de trabalho, esta variava conforme a cooperativa e conforme a produção, sendo comum o trabalho aos sábados e a extensão da jornada quando tinha muita produção, ao lado de períodos de grande ociosidade – que não eram pagos, naturalmente. Como já foi dito, em Puxinanã, a jornada era dividida em dois turnos de 8 horas cada e em Santa Cruz, esta era organizada em três turnos de 4 horas cada.

25 Depoimentos dos(as) entrevistado(as) 1 e 2, trabalhadores(as) da cooperativa de Santa Cruz..

26 Estes critérios forma reproduzidos na íntegra de uma pasta da cooperativa de Santa Cruz com vários documentos referentes as atividades regulares da cooperativa, tais como: lista de chamada, controle de produção etc.

No tocante à percepção dos trabalhadores sobre o gerenciamento na cooperativa, sobre a participação e a presença de funcionários da fábrica contratante nas cooperativas, os números se aproximavam nas duas cooperativas analisadas. Observando a tabela 13, notamos que, em Puxinanã, 80% dos trabalhadores entrevistados entendiam que quem controlava e gerenciava o trabalho eram os supervisores/coordenadores da cooperativa ou os supervisores da empresa contratante; e em Santa Cruz, este número chega aos 100%. Isto evidencia que há alguma compreensão por parte dos trabalhadores quanto à falta de autonomia e de gestão democrática nas cooperativas.²⁷

Tabela 13
Tempo de trabalho na cooperativa

TEMPO DE TRABALHO	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mais de 2 anos	12	40,0	7	23,3	19	31,7
De 1 a 2 anos	9	30,0	4	13,3	13	21,7
De 6 meses a 1 ano	9	30,0	7	23,3	16	26,7
De 3 a 6 meses	-	-	12,00	40,0	12	20,0
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

²⁷ Deve-se considerar que, além do caráter externo na organização dessas cooperativas o que faz com que o trabalhador sinta-se apenas um "assalariado sem direitos", fatores culturais também interferem na percepção da autonomia do empreendimento.

No que diz respeito ao recolhimento do INSS, quando a cooperativa não descontava diretamente (fato que só aconteceu no primeiro ano de exercício de ambas as cooperativas), raramente os trabalhadores pagavam, como autônomos. O motivo alegado era a baixa remuneração recebida por estes. Em Santa Cruz, assistência médica era oferecida pela Associação, driblando, de certa maneira, essa situação no que diz respeito exclusivamente a este serviço. Em Puxinanã, a cooperativa além de não recolher os fundos de reservas (fato que também acontecia em Santa Cruz), que poderiam servir para garantir este e outros tipos de serviços aos trabalhadores, a cooperativa não oferecia nenhuma outra forma de assistência aos trabalhadores com já foi mencionado.

Quando entraram nas cooperativas os trabalhadores raramente entendiam o que isso significava. Mesmo com os cursos rápidos de cooperativismo, que ambas as cooperativas propiciaram no início de suas atividades, poucos se consideravam participantes de um empreendimento coletivo, onde todos eram proprietários. De acordo com a tabela 14, observamos que, nas duas cooperativas, apenas 15% diziam saber o significado do termo cooperativa; 6,7 % tinham uma idéia vaga a respeito e a grande maioria (78,3 %) não possuía nenhuma idéia do que representava uma cooperativa.

Tabela 14
Entendimento do significado de cooperativa

ENTENDIMENTO DO SIGNIFICADO DE COOPERATIVA	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	3	10,0	6	20,0	9	15,0
Não	27	90,0	20	66,7	47	78,3
Mais ou menos	0	0,0	4	13,3	4	6,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

No geral, a maioria dos trabalhadores (90%) quando indagada sobre o que era uma cooperativa, resumia-se a considerá-la uma empresa como outra qualquer e sem nenhuma diferença, a não ser a ausência de direitos sociais e da carteira assinada (ver tabelas 15 e 16). A falta de direitos foi considerada a grande desvantagem nas duas cooperativas. Em Santa Cruz, 76,7% dos entrevistados apontaram este aspecto como a principal desvantagem; e em Puxinanã, este número atingiu 80% (ver tabela 17).

Tabela 15
Definição de cooperativa

DEFINIÇÃO DE COOPERATIVA	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empresa sem dono	6	20,0	10	33,3	16	26,7
Empresa normal	12	40,0	2	6,7	14	23,3
Formada por todos /todos são donos	10	33,3	8	26,7	18	30,0
Não sabe/ é uma empresa diferente	2	6,7	3	10,0	5	8,3
Associação comunitária	-	-	6	20,0	6	10,0
Uma empresa sem direitos	-	-	1	0,3	1	1,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Tabela 16
Diferença entre cooperativa e empresa

DIFERENÇA ENTRE COOPERATIVA E EMPRESA	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não tem	27	90,0	22	73,3	49	81,7
Sim	2	6,7	2	6,7	4	6,7
Empresa tem mais direitos e maiores salários	1	3,3	6	20,0	7	11,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Tabela 17
Desvantagens da cooperativa

DESvantagens DA COOPERATIVA	COOPERATIVAS					
	Puxinanã		Santa Cruz		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Distância	1		-	-		
Muito trabalho/ trabalho pesado/ condições de trabalho/ ganhos menores	4	13,3	5	16,7	9	15,0
Sem carteira/ sem segurança e sem direitos	24	80,0	22	73,33	46	76,7
Não respondeu /ou tanto faz	1	3,3	2	6,7	3	5,0
Não vê desvantagem	-	-	1	3,3	1	1,7
Total	30	100,0	30	100,0	60	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Os membros das duas cooperativas se sentem muito frustrados pelo fato de não possuírem a “carteira assinada”, pois para eles ela representa o passaporte para a segurança devido aos direitos que ela assegura. A falta da “carteira assinada” fazia com que a maioria dos trabalhadores se sentissem traídos, quando não desencorajados e apáticos. Alguns depoimentos expressavam este sentimento:

“eu me sinto muito insegura. Eu queria que a gente tivesse nossa carteira assinada. Se acontecer um acidente aqui, a cooperada vai para casa. Se a cooperativa resolver pagar tudo bem, se não, aí ela está frita. A gente não tem certeza de nada, mas na lei a gente tem direito de receber o nosso dinheiro, se a gente ficar doente. Isto eu tenho certeza.”

“eu acho que é horrível. Eu acho que todos nós deveríamos ter a carteira assinada. Tem muita cooperada aqui que trabalha há mais de um ano e ninguém fala de férias. Eu acho que se nós tivéssemos a carteira assinada teríamos alguns direitos. Sem carteira assinada ninguém fala em décimo terceiro e dezembro, ou se uma mulher ficar grávida ela pode até não receber nada e ser até demitida”²⁸

Para a maioria dos trabalhadores, a compreensão desse tipo de cooperativa se tornava bastante difícil. Como os trabalhadores eram recrutados por prefeituras com a promessa de ganhos garantidos, havendo uma onipresença da empresa contratante na organização e controle da produção, é compreensível que os trabalhadores associassem a cooperativa à empresa. A existência no mesmo espaço de trabalhadores assalariados e associados, onde os primeiros tinham maiores vantagens (os direitos sociais, o registro em carteira) fez com que estes percebessem a cooperativa de uma forma negativa.

Essa percepção resultou da forma como foram organizadas essas cooperativas, nas quais a organização do trabalho em nada diferia de uma empresa regular e cuja administração apenas formalmente estava nas mãos dos trabalhadores, fato que as descaracteriza como organizações cooperativas de

28 Depoimentos dos(as) entrevistado(as) 2 e 3, o primeiro é de um(a) trabalhador(a) da cooperativa de Santa Cruz e o segundo de um(a) trabalhador(a) da cooperativa de Puxinanã.

fato. Com isso, a percepção de posse coletiva, implícita no formato do trabalho em cooperativa, deu lugar a não posse de direitos, ou seja, a positividade da propriedade foi substituída pela negatividade do acesso a direitos trabalhistas, mesmo que na cooperativa houvesse a possibilidade de registro como trabalhador autônomo, de recolhimento dos fundos de reserva, etc.

No entanto, mesmo preferindo trabalhar como assalariado, os trabalhadores reconhecem que a vida melhorou depois da cooperativa. Em Santa Cruz, por exemplo, os trabalhadores compraram bicicletas e alguns até casa própria. O dinheiro no final do mês, mesmo probabilístico e pouco, é visto como a segurança que permite organizar a vida, como se percebe nos depoimentos abaixo:

“antes de entrar para a cooperativa nós vivia apenas com o que meu marido ganhava fazendo algum trabalho aqui e ali, mal dava para comer. Agora não, com o dinheiro do trabalho na cooperativa nunca mais faltou o que comer aqui em casa e até já conseguimos comprar uma televisão”

“(...) sim, se tivesse a opção de trabalhar em outra local com a carteira assinada, quem é que ia trabalhar na cooperativa? Mas como não tem né, lá é melhor que nada, antes era bem pior (...)”²⁹

²⁹ Depoimentos dos(as) entrevistado(as) 2 e 3, o primeiro é de um(a) trabalhador(a) da cooperativa de Santa Cruz e o segundo de um(a) trabalhador(a) da cooperativa de Puxinanã.

Considerações Finais

A análise das duas cooperativas aqui realizada, permite algumas inferências sobre seus resultados.

Primeiramente, o que observamos é que as duas cooperativas possuem mais semelhanças do que diferenças, e que estas semelhanças apontam a proximidade de ambas com o modelo cearense, que vem se disseminando por toda a região Nordeste. Mesmo diferindo da forma clássica como este modelo está sendo implantado, as duas cooperativas analisadas neste trabalho podem ser caracterizadas, tendo em vista que suas formas de organização e funcionamento são semelhantes as demais, como integrantes do modelo que teve origem no Ceará e vem sendo importado pela maioria dos estados da região.

Podemos constatar também que as duas cooperativas não representam uma alternativa de autonomia e liberdade para o trabalhador, uma vez que o trabalho, o capital, a administração, a gerência e a venda dos produtos são controlados por forças externas às duas cooperativas, isto é, pelas empresas contratantes. Como ressalta Olson (1993), o que diferencia uma cooperativa de outras organizações mercantis é o fato de que os membros das cooperativas possuam os meios de produção e tenham o poder de decidir quando, de que forma e que tipo de trabalho vão realizar e como os lucros e as perdas serão distribuídos entre os membros. Desta forma, as duas cooperativas representam muito mais um meio encontrado pelas empresas para rebaixar seus custos de produção – por meio do rebaixamento dos custos com mão-de-obra, isto é, aumentar a extração de mais-valia, que se reflete na crescente exploração do

trabalho, possibilitando às empresas concorrerem em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado – do que qualquer “veleidade de autonomia” e liberdade para os trabalhadores. Com muito acertadamente ressaltou LIMA (1997: 12),

“A Experiência das ‘novas cooperativas’ refletem mais a procura de alternativas do capital para responder a imperativos da competitividade internacional do que qualquer veleidade de autonomia dos trabalhadores como pressupõe a ideologia cooperativa”.

Negando na prática os aspectos básicos (autonomia, gestão democrática, distribuição igualitária das sobras, propriedade comum, etc.) que constituem a estrutura do cooperativismo, elas nem de cooperativas podem ser denominadas, mesmo que juridicamente se apresentem como tal. Assim, a melhor denominação para elas seria a de “cooperfraudes”, como está passando a ser conhecido este tipo de empreendimento.

Este fenômeno vem sendo visualizado, pelo discurso oficial, como um instrumento forte das políticas públicas voltadas à atração de investimentos industriais. A análise do modelo cearense de instalação de cooperativas possibilita verificar o grau de detalhamento a que chegou como projeto e como as intenções poderiam ser consideradas positivas: a possibilidade de instalação de unidades em cidades do interior, sem outra atividade econômica significativa; o envolvimento da comunidade local no investimento e de várias instâncias governamentais e não governamentais; a profissionalização da força de trabalho, ao contrário de programas de qualificação/desqualificação que raramente consideram as possibilidades reais de ocupação; a manutenção dos

trabalhadores em seus lugares de origem evitando a migração para as “inchadas” capitais regionais com todas suas conseqüências sociais.

Todavia, ao lado das boas intenções, fica sempre presente sua característica negativa básica, que diz respeito à forma desigual do envolvimento dos parceiros do empreendimento, principalmente a posição dos trabalhadores. Enquanto as vantagens para as empresas e municipalidades estariam na redução de custos de produção, na instalação de unidades industriais em municípios e maior arrecadação tributária – nem tanto diretamente, dado os incentivos, mais indiretamente, pelo aumento do consumo –, para os trabalhadores a lógica estaria no “isso é melhor que nada”, ou seja, renunciam, sem maiores problemas, aos direitos sociais básicos que caracterizam o trabalho assalariado..

Concretamente, as cooperativas, na maioria das situações, são os únicos empreendimentos industriais em pequenas cidades do interior da região. Instaladas em média em cidades de 10.000 a 50.000 habitantes, criando de 100 a 650 empregos diretos, têm proporcionado, apesar dos já referidos problemas, um impacto considerável na economia desses municípios cujas atividades limitam-se a agricultura de subsistência e a um parco comércio.

Ainda não existem indicadores sociais que possam mensurar as mudanças resultantes desses empreendimentos nas localidades onde estão sendo instalados. Entretanto, é possível inferir que, para os municípios, a instalação dessas cooperativas tem implicado aumento significativo da arrecadação – mesmo com a renúncia fiscal. O trabalhador passa a consumir no mercado local bens que antes não podia incluir entre suas necessidades materiais e/ou simbólicas. Para as prefeituras, representam ainda um cacife político de peso pelas indicações de

emprego, que embora submetidas à decisão da empresa, geralmente são aceitas. Por isso prefeitos do interior nordestino disputam essas cooperativas, única forma de atrair alguma forma de investimento industrial e demonstrar alguma eficácia na promoção de políticas sociais.

Resta comentar ainda que, nas visões dos trabalhadores entrevistados, a principal insatisfação referia-se justamente a ausência de direitos trabalhistas, o que demonstra que, mesmo vendo a cooperativa como algo positivo, são capazes de perceber, de alguma forma, que as cooperativas na verdade diferem muito pouco de uma empresa capitalista. Este aspecto é bastante contraditório, se considerarmos o fato de que apenas um pequeníssima parcela dos trabalhadores entrevistados tinham tido algum tipo de experiência com relações de trabalho assalariado formal. No entanto, demonstra a força que tem a idéia da segurança e direitos sociais estarem diretamente ligadas a pertença do indivíduo ao chamado mercado de trabalho formal.

Em suma, ainda que as cooperativas retirem os trabalhadores de uma condição de extrema pobreza (pois criam uma fonte de rendimento, mesmo sendo este incerto e baixo) e os lance no turbilhão das relações capitalistas modernas de trabalho e consumo, elas não representam uma alternativa de autonomia e de liberdade para o trabalhador, mas sim, uma forma de terceirização que aproveitando-se da onda de flexibilização das relações, processos e condições de trabalho, engendra o descompromisso total, por parte das empresas, com a força de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O avesso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva & SORJ, Bila. *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo, 1993.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALBUQUERQUE, Arleise Nunes Cavalcanti de. Análise da nova dinâmica industrial da Paraíba e seus impactos na organização do trabalho. In: *2º Encontro Regional da ABET*, João Pessoa, 1998.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. *Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo*. João Pessoa:(mimeo), 1996.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petropolis: Vozes, 1997.
- _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nossos tempos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRUDA, M. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro: PACS, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BEYNON, Huy. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Neoliberalismo, trabalho e sindicato: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1994.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- BOUNFIGLIO, Maria Carmela. Reestruturação Produtiva e seus efeitos no mundo do trabalho. In: *Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.
- _____. Reestruturação Produtiva: A característica dos anos 80 e 90. In: *Modernização e precarização: reestruturação produtiva no Nordeste*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.
- BOUNFIGLIO, Maria Carmela & DOWLING, Juan Afonso. *Reestruturação produtiva na indústria de transformação do Nordeste: Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife*. João Pessoa: Manufatura, 1999.
- BOUNFIGLIO, Maria Carmela; GOMES, Maria de Lurdes Barreto; DOWLING, Juan Afonso; ARAÚJO, Geraldo Maciel de (org's). *Trabalhadores, tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- CAMARGO, José Márcio (org). *Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. Reestruturação produtiva e terceirização cooperativista: geração de emprego e renda ou precarização das

- condições de trabalho? In: TEDESCO, João Carlos & CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de (org's). *Economia Solidária e reestruturação Produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho atual*. Campo fundo: UPF, 2001.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses do social: uma crônica dos salários*. Petrópolis: Vozes 1998.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *O trabalho na economia global*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CORIAT, Benjamim. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Revan, 1994.
- Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1989.
- Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Rideel, 1991.
- CHESNAIS, Francois. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: *Praga*, nº 3, São Paulo: Hucitec, 1997.
- CRÚZIO, Helnom de Oliveira. *Como organizar e administrar uma cooperativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DIAS, Edmundo F. (org). *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato do eletricitários de Brasília, 1996.
- DIEESE. *Os Trabalhadores frente à terceirização*. n. (7), maio, 1993.
- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- FARIA, Aparecido de. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloísa T. S.; RAMALHO, José Ricardo (org's). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- GENTILI, Pablo, SADER, Emir (org's). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GITAHY, Leda. *Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho*. Caxambú: ANPOCS, 1993.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Dinâmica recente das economias regionais brasileiras*. São Paulo em Perspectiva 9 (3). 1995.
- HIRATA, H. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. In: *seminários e eventos*, DIEESE, nº 1, São Paulo, 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. *Era dos extremos: O breve século XX 1914 –1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HERRANZ, Roberto y HOSS, Dietrich. División del trabajo entre centro y periferia: cooperativas e industrialización difusa en Galicia. In: *Sociología del trabajo*, nueva época v.11, 1991.

- HUMPREY, Jonh. O impacto das técnicas "japonesas" de administração sobre o trabalho industrial no Brasil. In: NÁDYA, Araújo de Castro. *A máquina e o Equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão de obra. In: *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- _____. (org) *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997.
- LIMA, Jacob Carlos. Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste. In: *Novos Estudos Cebap*, v.49, novembro, 1997.
- _____. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, Nadya e DEDECCA, Claudio. *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo: SERT, 1998.
- _____. Trabalho assalariado e trabalho associado: experiências de terceirização da produção. In: *XXI Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambú, 1998.
- _____. *Novas formas velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário*. João Pessoa: (mimeo), 1997.
- _____. *A subcontratação em cooperativas de trabalho no Nordeste: descentralização produtiva e flexibilização das relações de trabalho*. João Pessoa: (mimeo), 1998.
- _____. *Cooperativas de produção no Nordeste nos anos 90: Geração de renda e trabalho precário*. Cambridge, MA: (mimeo), 2001.
- LINS, Hoyêdo Nunes. *Cooperativas de trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho*. Santa Catarina: (mimeo), 2001.
- MARGLIN, S., As origens e funções do parcelamento das tarefas – para que serve os patrões? In: GORZ, A., *Crítica da Divisão do trabalho*, São Paulo: Martins fontes, 1989.
- MARX, Karl. *O capital*. Vol I (tomos 1 e 2), O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- _____. *O Capital – capítulo VI (inédito): os resultados do processo de acumulação*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1985.
- _____. *Cooperativismo e socialismo*. Coimbra: Centelha, 1975.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MENELAU Neto, José. Desemprego e lutas de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército de reserva. In: TEXEIRA, Francisco José e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (org's). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva - as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez e Uece, 1996.
- MIELE, Neide. *Syndicat: une affaire de femme. Etude de syndicats de travailleurs rurax de l'état de la Paraíba au Bresil*. Thèse Doctoral, Amiens, França: Universite de Pircardie, 1992.

- MOREIRA, Maria Vilma Coelho. Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das cooperativas de confecções do Maciço do Baturité, Ceará. In: *Política e trabalho*. João Pessoa: União, 1997.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. *Legislação Cooperativista e Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo*. Brasília: DENACOOB, 1992.
- OLSON, Jan Marie. *Skills of survival: a study of the Guatemalan cooperative system and its impact on social and economic power of rural women*. Dissertação de Mestrado, Calgary: Universidade de Calgary, 1993.
- PINHO, Diva Benevides. *Que é cooperativismo*. São Paulo: Coleções Buriti, 1966.
- RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1994.
- RAYMOND, Louis. Cooperativas de mano de obra, em regresion o expansion? In: *Coleccion Informes OIT*, Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1986.
- RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SALERNO, M. S. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: Hirata, H.,(org) *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia global*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- _____. *Reestruturação produtiva e sindicatos*. Caxambu: ANPOCS, 1993.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (org's). *A economia Solidária no Brasil: a Autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SILVA, Tania Nunes da. *A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle*. São Paulo: USP –FEA, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- SOARES, José de Lima. *Primeiro o verbo: depois, as demissões em massa*. Campinas: UNICAMP- IFCH, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- STOLOVICH, Luis & GONZÁLES, Yamandú. *La tercerización: Puerta al siglo XXI ? o retrocesso al siglo XIX ?* Montevideo: FESUR – CIEDUR, 1997.
- SUDENE. *Boletim conjuntural Nordeste do Brasil*. Recife (5), novembro. 1997.
- TOLEDO, Enrique de la Garza. La flexibilidad del trabajo en América Latina. In. *Trabalho e sociedade: desafios teórico*. Ano 3, nº 5, 1997.
- TEDESCO, João Carlos & CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de (org's). *Economia Solidária e reestruturação Produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho atual*. Campo fundo: UPF, 2001.

